



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 096 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 2005 ANO XXX
Nº 097 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 2005 ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO Presidente - PSDB		
PEDRO IVO ILKIV 1º Vice-Presidente - PT	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	ARLETE CARAMÊS 3º Vice-Presidente - PPS
NEREU MOURA 1º Secretário - PMDB	GERALDO CARTÁRIO 2º Secretário - PP	ELIO RUSCH 3º Secretário - PFL
RENI PEREIRA 4º Secretário - PSB	PASTOR EDSON PRACZYK 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 096**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão 03****Expediente:**

Mensagens 03

Ofícios 05

Indicações 05

Questões de Ordem 07

Requerimentos 08

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró Guimarães 21

Dep. Elio Rusch 22

Dep. Tadeu Veneri 23

Dep. José Domingos Scarpellini 23

Dep. Barbosa Neto 24

Horário das Lideranças:**Liderança do PT:**

Dep. Elton Carlos Welter 26

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni 27

Liderança do PMDB:

Dep. Nereu Moura 28

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 36

Discussão / Votação:

1ª Discussão(Pref. de Discus.) . 36

Redação Final 39

3ª Discussão 39

2ª Discussão 39

1ª Discussão 40

Discussão Única (Indicação)..... 40

Requerimentos 45

Encerramento da Sessão Ordinária..... 46**DIÁRIO Nº 097****SUMÁRIO.....47****Mesa Executiva.....47****Presenças.....47****Abertura da Sessão47****Expediente:**

Requerimentos47

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

2ª Discussão47

Encerramento da Sessão Ordinária49**090ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE SETEMBRO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos

Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite 48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Renato Gaúcho(06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 040/2005

Curitiba, 05 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, a efetuar cessão de uso ao Município de Iguaraçu, dos imóveis que descreve, de propriedade do referido Instituto.

O plano de lei ora submetido à elevada consideração dessa colenda Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois o município cessionário utilizará os imóveis em causa, exclusivamente, para instalação e funcionamento de órgãos do serviço público municipal, na área de educação.

Cabe mencionar que no texto do presente anteprojeto de lei figuram dispositivos prevendo que a objetivada cessão de uso será revogada, a qualquer tempo, na hipótese de utilização diversa da estabelecida, assim como de definição de prazo de vigência e de possibilidade de prorrogação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Iguaraçu, dos seguintes imóveis localizados naquele Município e edificações existente nos mesmos: data de terra nº 01, da quadra nº 12, com área de 437,50 m, Matrícula nº 1.858; data e terra nº 02, da quadra 12, com área de 437,50 m, Matrícula nº 1.859; data de terra nº 20, da quadra nº 12, com área de 750,00 m, Matrícula nº 1.860; data de terra nº 19, da quadra nº 12, com área de 750,00 m, Matrícula nº 1.861; área com 187,50 m, destacada da data de terra nº 09, da quadra 12, Matrícula nº 1.863 e área com 187,50 m, destacada da data de terra nº 10, da quadra nº 12, Matrícula nº 1.864, todas registradas no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Astorga.

Art. 2º Os imóveis em questão deverão ser utilizados exclusivamente para funcionamento de serviço público municipal na área da educação, ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de que se comprove utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 041/2005

Curitiba, 05 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de Uso, ao Município de Rondon, dos lotes nºs 11 e 12-A, da quadra 239, com área total de 749,67 m, contendo edificação com 162,35 m, a Avenida Rio de Janeiro, na sede do referido município, conforme matrícula sob nº 4.574, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha.

O anteprojeto ora proposto à deliberação dessa Casa de Leis, consulta aos superiores interesses públicos, tendo em vista que o cessionário irá utilizar tal imóvel, conforme condições resolutive que constará do termo de cessão, exclusivamente para funcionamento de reparti-

ções da municipalidade, podendo, a qualquer tempo, ser retomado pelo Estado caso descumprida tal finalidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Rondon, dos lotes urbanos nº 11 e 12-A, da quadra nº 239, com área total de 749,67 m, contendo edificação com 162,35 m, na Avenida Rio de Janeiro, no Município de Rondon, conforme matrícula sob nº 4.574, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha.

Art. 2º O imóvel em questão deverá ser utilizado exclusivamente para funcionamento de serviço público municipal, ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de que se comprove utilização diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 042/2005

Curitiba, 05 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento do Paraná - Fundepar, proceder cessão de uso ao Município de Toledo, do imóvel constituído pela Chácara nº 64/1/2.B, propriedade do referido Instituto, conforme Matrícula nº 37.165, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

O plano de lei ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, tendo em vista que o Município de Toledo irá utilizar o imóvel que lhe será cedido para a finalidade exclusiva de implantação e manutenção de espaço cultural denominado "Usina do Conhecimento", assim como para desenvolvimento de outras atividades culturais e/ou educacionais.

É oportuno mencionar que no texto do anteprojeto de lei em causa figuram disposições expressas quanto ao prazo de duração da pretendida cessão e da possibilidade de sua prorrogação, assim como de permissão a fim de

que a Fundepar possa, a qualquer tempo, proceder retomada de tal imóvel.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, autorizado a ceder o uso, a título precário e gratuito, ao Município de Toledo, do imóvel constituído pela Chácara nº 64/1/2.B, oriunda das partes remanescentes das Chácaras nº 01 e 02, da Vila Industrial, e da Chácara nº 64, de propriedade do referido Instituto, conforme consta da Matrícula nº 37.165, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta será destinado, específica e exclusivamente, para implantação de espaço cultural denominado Usina do Conhecimento, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pela Fundepar.

Art. 3º A cessão de uso terá duração de 05 (cinco) anos, que poderá ser prorrogada, por igual período, mediante consenso entre as partes, permanecendo a entidade cessionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 043/2005

Curitiba, 05 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon, o imóvel que especifica, de propriedade do referido Instituto.

O plano de lei ora proposto atende aos superiores interesses públicos, eis que a cessionária tradicional entidade assistencial, fundada em 1975 e declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 6.873, de 28.04.77, vem, desde a fundação, prestando expressivo amparo a portadores de deficiência, do Município de Marechal Cândido Rondon, assim como de municípios vizinhos, a qual utilizará o

bem a ser cedido exclusivamente para sua sede e instalações da “Escola Especializada Pequeno Lar.”

Vale, por oportuno lembrar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos, quanto ao prazo de duração da cessão, possibilidade de sua prorrogação e de permissão para que a Fundepar possa, a qualquer tempo, retomar o imóvel em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, autorizado a permitir o uso, a título precário e gratuito, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Marechal Cândido Rondon, do imóvel constituído pelo lote urbano nº 1/2/5 (hum/dois/cinco) da Quadra nº 159, situado no quadro urbano do aludido município, na rua Sergipe, com área de 2.600 m, de propriedade do referido Instituto, conforme consta da Matrícula nº 613, do Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º O imóvel, de que trata o artigo 1º desta lei, será específica e exclusivamente utilizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, por intermédio da Escola Especializada Pequeno Lar, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pela Fundepar.

Art. 3º A permissão de uso terá duração de 05 (cinco) anos, que poderá ser prorrogada, por igual período, mediante consenso entre as partes, permanecendo a entidade permissionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 154/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 177/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 155/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 134/2005, de autoria do Deputado Ângelo

Vanhoni, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 1591/2005, do Sr. Marcos Alberto Rocha Augusto - Supervisor da Caixa Econômica Federal em Londrina, comunicando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 30.660,00 (trinta mil, seiscentos e sessenta reais), referente ao Pronaf, para o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 024/2005, do Sr. Mounir Chaowiche - Gerente de Mercado de Estado e Municípios da Caixa Econômica Federal, comunicando que foram rescindidos por Prescrição de Restos a Pagar, os contratos nº 0133.359-28/01/Mapa/Caixa e nº 0133.490-25/01/Mapa/Caixa. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 037/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A criação e implantação do Curso de Nutrição, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário “Unioeste Rumo ao Século XXI”, com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade. Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Enge-

nharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Nutrição, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 32,20% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

INDICAÇÃO Nº 038/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A criação e implantação do Curso de Farmácia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão,

seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Farmácia, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 44,29% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

INDICAÇÃO Nº 039/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Chico Noroeste se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A criação e implantação do Curso de Fisioterapia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade do Oeste do Paraná - Unioeste.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de realizar a vontade da população de Foz do

Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário “Unioeste Rumo ao Século XXI”, com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguido pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelo quais apresento esta proposição relativa ao curso de Fisioterapia, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 30,20% de preferência dos consultados.

A matéria em tela já foi apresentada na 14ª Legislatura e recebeu parecer favorável de todas as comissões permanentes durante a sua tramitação nesta Casa de Leis, conforme comprovante em anexo. Infelizmente não foi colocado para discussão e votação no nosso douto Plenário.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM Nº 2717

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, vem submeter a V. Exa. Questão de Ordem relativa à aplicação do disposto nos artigos 90, II, parágrafo 1º e 93, parágrafo 1º do Regimento Interno, no que respeita a utilização do Grande Expediente pelos Deputados deste Parlamento e seus respectivos convidados.

A aplicação dos dispositivos regimentais mencionados com base em uma simplória interpretação literal leva a admitir que um único Parlamentar, partidário da “Lei de Gerson”, em detrimento de todos os demais representantes do povo paranaense nesta Casa, use a tribuna por trinta minutos, em todas as Sessões Ordinárias do ano legislativo, diretamente ou através do convidados que lhe convenham, usurpando o direito que assiste a todos.

Para consideração e análise de V. Exa apresento as seguintes razões:

- inicialmente invoco a garantia constitucional maior do Estado brasileiro consubstanciada no princípio da igualdade - a lei é para todos e todos são iguais perante a lei - artigo 5º da Constituição Federal;

- jamais a aplicação de uma norma, seja ela de que espécie for, poderá prejudicar direito alheio, estabelecendo intolerável privilégio a favor de alguém;

- este Parlamento, instituição democrática, é composto por representantes dos mais variados segmentos sociais e econômicos do Estado. Portanto, a concessão do espaço do Grande Expediente para um único Parlamentar, em última análise privilegia apenas uma parcela da população, de um setor econômico ou de entes sociais em detrimento de todos os demais;

- é absolutamente inadmissível que uma Casa que é do povo, pautada, como não poderia deixar de ser, nos mais elementares princípios igualitários e democráticos, admita tamanha afronta aos mesmos;

- a Lei de Introdução do Código Civil, ao tratar das normas gerais de interpretação e aplicação das leis orienta no sentido de que a interpretação e aplicação da norma jamais poderá levar ao absurdo, no caso, a cassação do direito dos demais Parlamentares desta Casa;

- tão somente para efeito de demonstrar a intolerável deformidade gerada pela aplicação literal da norma regimental ora impugnada, apresentei na anterior Sessão Plenária, requerimento a Presidência (cópia em anexo), para que me fossem concedidos todos os horários das Sessões Ordinárias das segundas, terças e quartas-feiras, da próxima Sessão Legislativa da atual Legislatura, ou sejam todas as Sessões Ordinárias do exercício de 2006;

- o requerimento referido, que formalmente retiro, neste momento, já cumpriu seu desiderato, que, repito, era de, única e exclusivamente, demonstrar o tratamento desigualitário dos membros desta Casa, representado por

privilégio de um em prejuízo dos demais 53 deputados que a integram.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Líder da Oposição

Ao Exmo. Sr.

Deputado Hermas Brandão

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Curitiba, 13 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho REQUERER a V. Exa., com base no disposto no artigo 90, inciso II, parágrafo 3º e artigo 93, parágrafo 1º, utilização do horário do Grande Expediente nas Sessões Plenárias das segundas, terças e quartas-feiras, da 4ª Sessão Legislativa, ano de 2006, da atual legislatura.

(a) VALDIR ROSSONI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 423/2005, de sua autoria, que fixa prazo de vida útil de veículo para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2702

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 4º do artigo 179 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a preferência de votação do item 12 da Ordem do Dia, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004, que susta os efeitos do acordo de acionistas da Sanepar, celebrado em 04/09/98, entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Francisco Bühner, Cleiton Kielse, Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

REQUERIMENTO Nº 2725

Senhor Presidente:

A Deputada Luciana Rafagnin, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a retirada da pauta por cinco Sessões, do Projeto de Lei nº 212/2005, que altera o artigo 7º da Lei Florestal Estadual, visto que o projeto

não tem o parecer da Comissão da Agricultura, a qual preside.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2703

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 15 de setembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2704

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER comunicar a participação, como Delegado, na II Conferência Estadual das Cidades, que será realizada nos dias 22 e 23 de setembro de 2005, em Foz do Iguaçu, conforme ofício e programação anexos.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2706

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER comunicar a participação, como Delegada, na II Conferência Estadual das Cidades, que será realizada nos dias 22 e 23 de setembro de 2005, em Foz do Iguaçu, conforme ofício e programação anexos.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2724

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 21 e 23 deste, para realização de viagem a Foz do Iguaçu/PR, a fim de participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 10 de setembro, do Sr. Antônio Alceu Setim, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Irmão do ex-Prefeito de São José dos Pinhais Luiz Carlos Setim, o Sr. Antônio Alceu Setim, 68 anos, nasceu em 13 de setembro de 1937 em São José dos Pinhais, há 35 anos morava em São Mateus do Sul, onde era industrial do ramo madeireiro e pessoa de grande conceito na região onde prestou grande colaboração ao Município com seu conhecimento, participação e convívio.

Deixa viúva a Sra. Maria Mercedes Trevisan Setim e cinco filhos: Elisa Maria, Evandro César, Márcia Adriana, Lucio Gustavo, Ângela Roberta e cinco netos.

Pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixa muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada no endereço: Rua Dom Pedro II, 363 - Centro - São Mateus do Sul - CEP: 83.900-000.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2715

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do Município de Ponta Grossa, através de seu Prefeito Pedro Wosgrau Filho, pela passagem do 182º aniversário de Emancipação Política do Município, a ser comemorado no dia 15 de setembro próximo.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Avenida Visconde de Taunay, 950 - CEP: 84051-900, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações ao Sr. Joaquim Adão Ugo de Lima - Capataz de Invernada do Cerimonial do Centro de Tradições Gaúchas Vinte de Setembro, Entidade de Caráter Civil e Cultural, pelas comemorações do: 42º Aniversário de sua Fundação, 43ª Semana Farroupilha e 21ª Festa do Boi no Rolete.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2720

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia Legislativa que registre voto de louvor ao benemérito trabalho promovido pela

Província Brasileira da Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, em razão do III Congresso Vicentino, aberto em Curitiba, na data de hoje, no Cietep, sob a elevada presidência da reverenda Irmã Paula Pereira Alves.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Felizmente, quis Deus, brilhe entre nós a chama do ideal Vicentino, o ideal de São Vicente de Paulo, parisiense que viveu entre 1660 e 1737.

A idéia iluminada do serviço aos mais pobres, da excelência nos serviço de saúde, seja na Medicina, seja na Enfermagem, do zelo apostólico e incansável na promoção social dos excluídos.

Nas casas de comunidades de bairro, nos colégios e conventos, nos hospitais - à cabeceira dos docentes -, como no importante Hospital Nossa Senhora das Graças, e ainda a Santa Casa de Ribeirão do Pinhal e tantas outras, no nosso querido Albergue Casa dos Pobres de São João Batista, em endereços que pertenceram à minha infância como o Colégio da Medalha Milagrosa da rua Jaime Reis, e o Dispensário Santa Luiza, as Irmãs Vicentinas estão presentes.

São Filhas de Caridade, assemelham-se a anjos de bondade e luz, num Brasil onde ainda faz escuro. Onde a injustiça social, a concentração de renda desigual, e as remessas e 145 bilhões de reais em juros para o exterior - só neste ano - agravam o tradicional quadro de desigualdade e opressão da maioria do povo.

A Revolução Francesa de 1789, no seu ódio desmedido ao altar e ao trono, na violência de um processo político sem precedentes, não suprimiu a Ordem das Filhas de Caridade. Os dirigentes da era conhecida como "O TERROR", quais Robespierre, Danton, e Marat, perceberam a importância de um grupo de serviço ao povo, da qualidade da Congregação de São Vicente.

REQUERIMENTO Nº 2711

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. RENATO GUIMARÃES ADUR a aquisição de um Caminhão Coletor de Lixo para o Município de Paicandu.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Renato

Guimarães Adur, da Associação de Moradores da Vila Brasil e Imediações, do Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Renato Guimarães Adur, solicitando auxílio urgente para obras para cobertura de Igreja Católica, a qual foi destelhada pelo vendaval que atingiu à Comunidade Figueirinha, no Município de Califórnia.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2701

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao procurador Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando informações sobre o uso de máquina do Governo, para divulgação de encontro nacional de liderança, realizado em Curitiba, conforme segue material em anexo.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2707

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando os documentos enviados pelo núcleo de Estudos do Meio Ambiente do Centro de Ciências Exatas da Universidade de Londrina (NEMA/CCE/Uel), referente ao requerimento deste Deputado que questiona e solicita, ao Governo do Estado, a suspensão do processo de licitação pelo Estado, para a construção da usina hidrelétrica na bacia hidrográfica do Rio Tibagi.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2708

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador, Secretários de Estado da Fazenda, do Planejamento, da Segurança Pública e ao

Detran, para que procedam à implantação da Circunscrição de Trânsito - Ciretran de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei nº 12.906 de 31.07.2000, foi autorizado o Poder Executivo a criar, no Município de Terra Rica, a Ciretran cuja abrangência se estenderia aos Municípios de Terra Rica e Guairaçá.

A Prefeitura Municipal se dispõe a manter uma parceria através da qual oferecerá o espaço físico e colocará à disposição do Detran os funcionários necessários à implantação daquela Circunscrição. O Município solicita, portanto, o cumprimento da lei autorizatória.

REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de protesto pela manutenção do Decreto Lei nº 5513, que extingue a Superintendência Regional do INSS do Paraná.

Da decisão do douto Plenário da Casa, requeiro o envio da Moção de Protesto ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando a imediata revogação do decreto que avilta o nosso Estado, trazendo enorme prejuízo à comunidade paranaense.

O Estado do Paraná precisa de mais agências do INSS para cumprir com a função do Instituto e melhorar a qualidade do atendimento aos contribuintes, aposentados e pensionistas, que tanto contribuíram com seu trabalho para o progresso do País.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, REQUER envio de informações desde o ano de 2003, até a presente data, das obras, programas implantados e ações realizadas, que foram direcionadas aos Municípios do Litoral do Paraná.

Outrossim, solicitamos que as informações, encaminhadas sejam separadas por município, as obras, programas e ações realizadas, bem como seus respectivos valores.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2688

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Exmo. Sr. Luiz Eduardo Cheida, REQUER envio de informações desde o ano de 2003, até a presente data, das obras, programas implantados e ações realizadas, que foram direcionadas aos Municípios do Litoral do Paraná. Outrossim, solicitamos que as informações, encaminhadas sejam separadas por município, as obras, programas e ações realizadas, bem como seus respectivos valores.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2687

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, REQUERER pedido de informações a respeito de quais foram as obras, programas implantados e ações realizadas nos municípios do litoral desde o ano de 2003 até a presente data, discriminadas mês a mês por Município.

Outrossim, solicitamos que as informações seja nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores e prazo de início e término.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, REQUER envio de informações desde o ano de 2003, até a presente data, das obras, programas implantados e ações realizadas, que foram direcionadas aos Municípios do Litoral do Paraná.

Outrossim, solicitamos que as informações, encaminhadas sejam separadas por município, as obras, programas e ações realizadas, bem como seus respectivos valores.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2690

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, REQUERER envio de informações desde o ano de 2003, até a presente data, das obras, programas implantados e ações realizadas, que foram direcionadas aos Municípios do Litoral do Paraná.

Outrossim, solicitando que as informações, encaminhadas sejam separadas por município, as obras, programas e ações realizadas, bem como seus respectivos valores.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Renato Guimarães Adur, REQUERER envio de informações desde o ano de 2003, até a presente data, das obras, programas implantados e ações realizadas, que foram direcionadas aos Municípios do Litoral do Paraná.

Outrossim, solicitando que as informações, encaminhadas sejam separadas por município, as obras, programas e ações realizadas, bem como seus respectivos valores.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, REQUER envio de informações desde o ano de 2003, até a presente data, das obras, programas implantados e ações realizadas, que foram direcionadas aos Municípios do Litoral do Paraná.

Outrossim, solicitando que as informações, encaminhadas sejam separadas por município, as obras, programas e ações realizadas, bem como seus respectivos valores.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2709

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, para que seja solicitado junto à Sanepar, informações desde o ano de 2003, até a presente data, das obras, programas implantados e ações realizadas, que foram direcionadas aos Municípios do Litoral do Paraná. Outrossim, solicitando que as informações, encaminhadas sejam separadas por município, as obras, programas e ações realizadas, bem como seus respectivos valores.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2710

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, para que seja solicitado junto a Companhia Paranaense de Energia - Copel, informações desde o ano de 2003, até a presente data, das obras, programas implantados e ações realizadas, que foram direcionadas aos Municípios do Litoral do Paraná.

Outrossim, solicitando que as informações, encaminhadas sejam separadas por município, as obras, programas e ações realizadas, bem como seus respectivos valores. Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2714

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente da Copel, seja informado a este Poder Legislativo qual o valor do prêmio pago pela Copel em razão do seguro contratado por ela junto à seguradora Interbrasil, bem como, requerem cópia do contrato firmado.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e RENI PEREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 558/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As emissoras de rádio e televisão abertas ficam obrigadas a veicular durante a sua programação, a título de Utilidade Pública e de alerta à comunidade, informações a elas transmitidas pelas Polícias Civil e Militar a respeito de crianças de até 14 (quatorze) anos de idade que tenham sido seqüestradas, objetivando a rápida disseminação da notícia e a localização imediata da criança que se encontra em perigo iminente ou atual.

Parágrafo único. O alerta deve ser veiculado pelas emissoras que transmitem sua programação na região onde ocorreu o seqüestro.

Art. 2º Para que o sistema possa ser ativado, possibilitando a rápida mobilização da comunidade, a polícia transmitirá as informações após certificar-se de que há fortes indícios do seqüestro. Além disto, a vítima deve estar em perigo iminente ou atual, de tal forma que a divulgação do alerta possa auxiliar as autoridades a evitar graves e irreversíveis conseqüências ao bem-estar físico e/ou mental da criança, em razão da demora na sua localização.

Art. 3º As informações prestadas pela polícia devem ser detalhadas, tais como a foto ou retrato falado e/ou descrição minuciosa da criança e do seqüestrador, o provável local do seqüestro, do eventual veículo usado para a prática do ato criminoso, entre outras, a fim de propiciar a divulgação do alerta de forma rápida e precisa.

Art. 4º Tão logo recebam as informações, as emissoras de rádio e televisão devem incluir na sua programação alertas frequentes aos seus ouvintes e telespectadores, respectivamente, dando conta do desaparecimento da criança, em que circunstâncias ocorreu, seu local, a foto ou retrato falado e/ou descrição minuciosa da criança e do seqüestrador, se possível, solicitando a colaboração da população através de telefone específico e exclusivo, a ser disponibilizado pelo Poder Público.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela objetiva estabelecer uma parceria estratégica entre o Poder Público e a comuni-

dade, intermediada pela imprescindível colaboração dos veículos de comunicação de maior alcance no país: o rádio e a televisão.

A rápida localização da vítima de seqüestro é imprescindível para a manutenção de seu bem-estar físico e mental. No entanto, é do conhecimento de todos que a polícia não tem condições de estar presente em todos os lugares ao mesmo tempo. Por este motivo, a colaboração da comunidade na localização dos seqüestradores e das suas vítimas assume o caráter de importante instrumento de combate ao crime. Para que a população possa exercer com maior eficiência esta importante missão, é imprescindível a valiosa colaboração dos veículos de comunicação mais populares do País. Ao inserir na sua programação alertas periódicos a respeito do seqüestro de crianças, tão logo ocorra o crime, as emissoras de rádio e televisão estarão prestando à comunidade um serviço de utilidade pública da maior relevância e que por certo só engrandecerá sua imagem institucional.

No tocante ao mesmo assunto, parcerias entre o Poder Público e a população, respaldadas pelos meios de comunicação e pela lei, já são um sucesso em outros países do mundo.

É o caso do chamado “Alerta Amber”, existente nos Estados Unidos da América desde 1997. Ele foi criado após o seqüestro da menina Amber Angerman, de 9 (nove) anos de idade. A lentidão na mobilização da comunidade impediu que a criança fosse localizada a tempo. Existiam pistas que se tivessem sido rapidamente divulgadas teriam possibilitado salvar a criança. Foi então que a Associação de Gerentes de Rádio de Dallas e Fort Worth juntaram forças com a polícia local e desenvolveram o sistema que tomou o nome de “Amber Alert Plan”, hoje com dimensões nacionais e respaldos desde janeiro de 2003 por uma lei nacional (National Amber Alert Network Act). O sistema americano é mais abrangente que o criado pela presente lei e inclui também a divulgação de informações pela internet, através de mensagens transmitidas por telefones celulares e pages.

O sucesso o “Alerta Amber” nos Estados Unidos pode ser relevado pelos dados divulgados pelo Centro Nacional de Crianças Violadas ou Desaparecidas. Segundo este Centro, são emitidos aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) alertas amber por ano naquele país e mais de 200 (duzentas) crianças foram salvas desde 1997.

Assim sendo, tendo em vista relevância do assunto e a determinação dos nobres Pares na busca de soluções para os nossos problemas, finalizamos certos da conversão do presente Projeto em Lei.

PROJETO DE LEI Nº 559/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunidade Deus Forte Provedor - Ministério de

Comunicação, com sede e foro no Município de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunidade de Deus Forte Provedor fundada no dia 13.03.98, é uma entidade religiosa e assistencial. Tem como finalidade a pregação do evangelho, a realização de obras assistenciais, priorizando o ensino e a educação dos membros da comunidade evangélica.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequentemente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 560/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Acolhida Divina Providência, com sede e foro no Município de Astorga.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Acolhida Divina Providência, foi fundada em 06 de fevereiro de 2004, teve o respectivo Estatuto aprovado em 28 de junho de 2004 e esse ato constitutivo foi registrado em 17 de novembro de 2004.

Trata-se de associação comunitária com fins filantrópicos e objetivo de enfrentar a pobreza nos seus diferentes aspectos, visando oferecer condições de conquistas da dignidade humana. A Casa de Acolhida Divina Providência, além do acolhimento, proporciona aconselhamento individual, familiar ou de casal em diferentes aspectos das pessoas necessitadas.

Observa-se do Relatório de Atividades que integra o processo desta proposição o incansável trabalho da entidade a ser declarada de utilidade pública, merecendo o recolhimento da comunidade paranaense representada nesta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 561/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular - ACNAP,

com sede na Rua Francisco José Lobo, 214 - Sítio Cercado, no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (agentes de pastoral Negros) - ACNAP, é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 28 de janeiro de 1990.

Tem por finalidade a prestação de serviços à luta pela libertação da população afrodescendente oprimida e marginalizada, denunciando as informações tendenciosas e/ou atitudes que tenham características discriminatórias e portanto, à realidade da situação daqueles povos em sua marcha libertadora. E desde 1991 a entidade vem prestando relevante trabalho à sua comunidade, entre eles: Doação de cestas básicas - Doação de chocolates na Páscoa - Natal mais feliz - doação de roupas, alimentos, brinquedos - Tarde recreativa com as crianças da comunidade (brincadeiras e lanches) - desenvolvido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia - Sopão Comunitário para as famílias mais carentes (Grupo de Mães dos participantes do Grupo Afro Cultural Ka-naombo) - Padaria Comunitária (Grupo de Mães dos participantes do Grupo Afro Cultural Ka-naombo - apadrinhamento das crianças (na época eram 103) - Projeto Serviço Civil Voluntário - desenvolvido pelo IDDEHA (Instituto de Defesa dos Direitos Humanos) - Grupo de Mulheres Ka-naombo (Mulheres Solidárias) (corte, costura, crochê, fabricação de bolsas, tapetes, colchas de retalhos, penais, nécessaire) - reforço escolar com crianças e adolescentes de 4ª a 6ª séries do Ensino Fundamental - Trabalho com Hipertensos (1 vez por mês) - desenvolvimento pelo US Xapinhã - Oficina de Relacionamento com os pais - desenvolvido pela Escola de Pais de Curitiba - Bazares e pequenas festas, para a comunidade - Feijoada - Concurso de Miss e Mister Palmares realizados há 5 anos; - Cursinho Pré-Vestibular para Afro-descendentes 2002 - Acompanhamento de 110 bolsistas na Unibrasil 2003 - Grupo Afro Cultural Ka-naombo - arte e cultura.

Tendo em vista o trabalho ininterrupto desenvolvido por essa entidade, observamos a relevância social e o reconhecimento da população negra que necessita contar com a continuidade dos benefícios.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus a título de Utilidade Pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

PROJETO DE LEI Nº 562/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os créditos de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, geridos pela Agên-

cia de Fomento do Paraná S/A, ajuizados ou não, poderão ser dispensados ou parcelados, nos termos previstos nesta lei.

Art. 2º Os contratos em situação de inadimplência poderão ser repactuados, recalculando-se novo saldo devedor, mediante correção monetária com base na Taxa Referencial - TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, excluídas quaisquer penalidades e encargos acessórios, a partir da primeira inadimplência.

Art. 3º Os contratos em situação de adimplência poderão ser repactuados adotando-se o valor nominal atualizado.

Art. 4º Os benefícios previstos nesta lei aplicam-se somente aos mutuários cujo somatório dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 5º Os mutuários cujos somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar, valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) estarão dispensados do pagamento da integralidade de sua dívida.

Art. 6º Para liquidação de dívidas em uma única parcela, os mutuários farão jus à dispensa de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor nominal atualizado ou recalculado.

Art. 7º Nas situações de dispensa e liquidação integral de dívidas, nos termos deste artigo, de operações que não sejam objeto de demanda judicial o processamento competirá à Agência de Fomento do Paraná S/A independente de qualquer deliberação.

Art. 8º Nos caso de parcelamento de dívida, vedada à concessão de carência, haverá a dispensa progressiva do saldo devedor nominal atualizado ou recalculado, consoante o número de parcelas, nos seguintes percentuais:

I - entre 2 (duas) e 6 (seis) parcelas, com dispensa de 40% (quarenta por cento);

II - entre 07 (sete) e 16 (dezesseis) parcelas, com dispensa de 35% (trinta e cinco por cento);

III - entre 17 (dezesete) e 26 (vinte e seis) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento);

IV - entre 27 (vinte e sete) e 36 (trinta e seis) parcelas, com dispensa de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 9º A competência para deferir dispensa e liquidação de dívidas de operações que sejam objeto de demanda judicial, bem como, parcelamento é da Diretoria da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 10. Os créditos ajuizados poderão ter os benefícios desta lei mediante comprovação do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Art. 11. Os créditos objeto de parcelamento sujeitar-se-ão à incidência de correção monetária com base na Taxa Referencial - TR acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Art. 12. O pedido de parcelamento implica na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito.

Art. 13. O não pagamento de três parcelas sucessivas, nos prazos fixados, importará na imediata revogação do parcelamento, com o retorno ao estado anterior da dívida, e na exigência integral do crédito, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 14. Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do interessado, para que ocorra parcelamento nos termos da presente lei, não tendo o mutuário direito de restituição ou compensação das importâncias já recolhidas.

Parágrafo Único. A rescisão de que trata este artigo implica na perda dos benefícios anteriormente concedidos.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA, ALEXANDRE CURI, ARTAGÃO JÚNIOR, DELEGADO BRADOCK, JOSÉ MARIA FERREIRA, RAFAEL GRECA, ADEMIR BIER, ANTONIO ANIBELLI, CLEITON KIELSE, ELZA CORREIA e NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A proposição em epígrafe tem por objetivo a recuperação de valores em prol do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, chegando a uma solução negociada e definitiva entre o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente gerido pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

Parcela significativa dos contratos corresponde às modalidades de financiamento destinados aos produtores rurais, pequenos e médios empresários.

O público alvo a ser atingido pela medida proposta corresponde a 77,38% da totalidade dos mutuários, o que representa 0,93% do valor econômico atual da carteira do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Independente ressaltar que o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE já proporcionou a grandes empresas a concessão de financiamentos em condições

vantajosas, não tendo sido adotado critério benéfico aos pequenos empresários paranaenses.

Denota-se, assim, que o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE destinou recursos de elevada monta para grandes conglomerados econômicos, deixando à margem os demais empreendedores paranaenses, que em sua grande maioria compreendem dívidas de baixo valor, se considerarmos o volume de concentração de recursos alocados para grandes conglomerados.

Razões para a implementação do projeto de lei:

- Representa uma solução para minimizar problemas sócio-econômicos decorrentes da existência de saldos devedores em empréstimos concedidos para pequenos agricultores, pequenos e médios empresários;

- Viabiliza o retorno financeiro mais célere dos créditos, com a possibilidade de aplicação no mercado financeiro dos recursos que, em prazo médio, supririam os benefícios concedidos; e

- Possibilita a retomada de fluxo de pagamentos dos contratos inadimplentes para uma liquidação em curto prazo.

Razões para a adesão dos mutuários ao projeto de lei:

- Significa obter redução do saldo devedor em função das condições particulares do contrato;

- Permite a reestruturação da nova dívida em sistema de amortização que não gera novo desequilíbrio financeiro;

- Proporciona a garantia de quitação da dívida reestruturada no novo prazo acordado;

- Possibilita uma solução negociada para os contratos evitando uma demanda judicial.

Características dos contratos abrangidos:

- Disparidade elevada entre o saldo devedor atual e o valor originalmente tomado perante o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;

- Encargos contratuais passíveis de discussão judicial;

- Elevados índices de inadimplemento; e

- Grande quantidade de ações judiciais propostas e em fase de propositura.

Desequilíbrio financeiro:

- São contratos em que os saldos devedores, em razão das conseqüentes ausências de amortizações e encargos contratuais resultaram a formação de resíduos ao longo do prazo contratual, inchando de forma excessiva os contratos e dificultando amortizações;

- O desequilíbrio financeiro nos contratos decorre de diversos fatores, cuja análise pormenorizada torna-se inviável, pois haveria a necessidade da verificação individualizada de cada contrato. Exemplificativamente, como fatores que geraram o desequilíbrio financeiro, podemos citar a instabilidade econômica havida no país, o longo período de arrocho financeiro, as altas taxas de juros praticadas, quebras de safras, a ausência em governos anteriores de políticas econômicas que privilegiassem as pequenas e médias empresas nacionais, bem como, os

produtores agrícolas, entre outras, que acabaram por prejudicar os contratantes, inviabilizando suas atividades.

Inadimplemento:

- Já no Bando do Estado do Paraná S/A (antigo gestor do FDE), a inadimplência dos contratos era elevada e crescente.

Ações judiciais:

- A Agência de Fomento do Paraná S/A, está priorizando a propositura de ações contra os maiores devedores e que não seriam beneficiados na atual proposta;

- As ações judiciais delongam elevado prazo de tempo (na média - acima de 6 anos), o que não justifica o esforço na propositura de medidas judiciais visando a recuperação de baixos valores;

- A concentração de esforços no âmbito judicial dar-se-ia, justamente, sobre os maiores devedores.

Desvantagens da solução judicial para o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e para os mutuários:

- Alto custo do processo, considerando-se a estrutura a ser disponibilizada pela Agência de Fomento do Paraná;

- Longo tempo de demanda, em média 6 anos; e

- Concluído o processo judicial (transitado em julgado) nem sempre o problema estará resolvido, tanto em benefício do Estado do Paraná como do mutuário.

Dispensa integral da dívida:

- Alcança os mutuários com saldo devedor nominal ou recalculado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

- Soluciona definitivamente o problema;

- Atinge parcela significativa de mutuários da carteira ativa;

- Os valores dispensados integralmente representam menos de 0,5% do total da carteira do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;

- Diminui os custos de manutenção da Agência de Fomento do Paraná S/A para com a carteira;

- Possibilita que sejam focados esforços na recuperação de valores dos mutuários com maiores saldos devedores;

- Beneficia diretamente pequenos devedores.

Crítérios de correção do saldo devedor renegociado:

- os contratos renegociados terão o seu saldo atualizado pela Taxa Referencial - TR com a incidência de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Limitadores

- A proposta atende apenas aos contratos cujos saldos devedores nominais ou repactuados não sejam superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

- O prazo máximo de pagamento fica limitado a 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas.

Sistema de amortização:

- Para liquidação integral da dívida o mutuário terá um desconto de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o saldo devedor nominal ou recalculado;

- Para parcelamento da dívida o mutuário terá um desconto variável de 25% (vinte e cinco por cento) a 40% (quarenta por cento) incidente sobre o saldo devedor recalculado, conforme o número de parcelas;

- na reestruturação da dívida o sistema de amortização está limitado a 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas;

- O saldo devedor será atualizado pela Taxa Referencial - TR, com a incidência de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Impactos da Medida:

- Soluciona definitivamente o problema;

- Alcança mais de 77% (setenta e sete por cento) dos mutuários da carteira ativa;

- Procura tornar compatível a nova prestação com a capacidade de pagamento do mutuário, no caso de reestruturação da dívida;

- Concede descontos a partir da situação específica de cada contrato; e

- Propicia a recuperação mais célere de valores em prol do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Síntese da proposta

A presente proposta consiste no enquadramento dos mutuários equacionando os desequilíbrios apresentados nos contratos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, em função de inadimplência e dos demais aspectos anteriormente aduzidos, autorizando a liquidação ou parcelamento da dívida, com base nas seguintes variáveis:

1. Dispensa integral da dívida para os mutuários com saldo devedor nominal ou recalculado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

2. Recálculo da dívida para os mutuários inadimplentes a partir da 1ª inadimplência excluindo-se todos os encargos contratuais, atualizando-se o saldo devedor com fulcro na Taxa Referencial - TR e incidência de juros de 3% (três por cento) ao ano;

3. Sobre o valor apurado, será concedido desconto adicional máximo de 50% (cinquenta por cento) para o caso de liquidação integral da dívida;

4. Nos parcelamentos de dívida, o desconto adicional será de no máximo 40% (quarenta por cento) considerando-se o prazo de reestruturação da dívida. Prazo menores e entradas maiores permitirão melhores descontos.

Objetivo Final

Buscar o equilíbrio financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, de forma a minimizar o prejuízo à incorrido por ocasião do processo de saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A, buscando a recuperação de valores de forma mais célere evitando maiores entraves.

PROJETO DE LEI Nº 563/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os créditos de titularidade do Estado do Paraná adquiridos por ocasião do processo de privatiza-

ção do Banco do Estado do Paraná S/A, ajuizados ou não, poderão ser dispensados ou parcelados, nos termos previstos nesta lei.

Art. 2º Os contratos em situação de inadimplência poderão ser repactuados, recalculando-se novo saldo devedor, mediante correção monetária com base na Taxa Referencial - TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, excluídas quaisquer penalidades e encargos acessórios, a partir da primeira inadimplência.

Art. 3º Os contratos em situação de adimplência poderão ser repactuados adotando-se o valor nominal atualizado.

Art. 4º Os benefícios previstos nesta lei aplicam-se somente aos mutuários cujo somatório dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 5º Os mutuários somatórios dos saldos devedores de todos os seus contratos apresentar, valor nominal atualizado ou recalculado, igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) estarão dispensados do pagamento da integralidade de sua dívida.

Art. 6º Para liquidação de dívidas em uma única parcela, os mutuários farão jus à dispensa de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor nominal atualizado ou recalculado.

Art. 7º Nas situações de dispensa e liquidação integral de dívidas, nos termos deste artigo, de operações que não sejam objeto de demanda judicial o processamento competirá à Agência de Fomento do Paraná S/A independente de qualquer deliberação.

Art. 8º Nos caso de parcelamento de dívida, vedada à concessão de carência, haverá a dispensa progressiva do saldo devedor nominal atualizado ou recalculado, consoante o número de parcelas, nos seguintes percentuais:

I - entre 2 (duas) e 6 (seis) parcelas, com dispensa de 40% (quarenta por cento);

II - entre 07 (sete) e 16 (dezesesseis) parcelas, com dispensa de 35% (trinta e cinco por cento);

III - entre 17 (dezesete) e 26 (vinte e seis) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento);

IV - entre 27 (vinte e sete) e 36 (trinta e seis) parcelas, com dispensa de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 9º A competência para deferir dispensa e liquidação de dívidas de operações que sejam objeto de demanda judicial, bem como, parcelamento é da Diretoria da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Parágrafo Único. Em se tratando de operações ajuizadas, após a decisão do Comitê de Gestão e Controle, o procedimento será encaminhado ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado para deliberação final.

Art. 10. Os créditos ajuizados poderão ter os benefícios desta lei mediante comprovação do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, cujos recursos serão repassados ao Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, nos termos da Lei 14.234/2003.

Art. 11. Os créditos objeto de parcelamento sujeitar-se-ão à incidência de correção monetária com base na Taxa Referencial - TR acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Art. 12. O pedido de parcelamento implica na confissão irrevogável e irretratável dos débitos, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito.

Art. 13. O não pagamento de três parcelas sucessivas, nos prazos fixados, importará na imediata revogação do parcelamento, com o retorno ao estado anterior da dívida, e na exigência integral do crédito, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 14. Os parcelamentos em curso poderão ser rescindidos, a pedido do interessado, para que ocorra parcelamento nos termos da presente lei, não tendo o mutuário direito de restituição ou compensação das importâncias já recolhidas.

Parágrafo Único. A rescisão de que trata este artigo implica na perda dos benefícios anteriormente concedidos.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA, ALEXANDRE CURI, ARTAGÃO JÚNIOR, DELEGADO BRADOCK, JOSÉ MARIA FERREIRA, RAFAEL GRECA, ADEMIR BIER, ANTONIO ANIBELLI, CLEITON KIELSE, ELZA CORREIA e NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A proposição em epígrafe tem por objetivo a recuperação de valores em prol do Estado do Paraná, decorrentes dos “ativos” adquiridos do Banco do Estado do Paraná S/A.

A proposta adiante elencada é chegar a uma solução negociada e definitiva entre o Estado do Paraná e os

mutuários para o problema dos contratos oriundos do Banco do Estado do Paraná S/A.

Parcela significativa dos contratos corresponde às modalidades Finame, Bom Emprego, Pronaf, Créditos em Liquidação, cujos tomadores são produtores rurais, pequenos e médios empresários e frotistas autônomos.

O público alvo a ser atingido pela medida proposta corresponde a 90,62% da totalidade dos mutuários, o que representa 11,87% do valor econômico atual da carteira adquirida pelo Estado do Paraná.

Independe ressaltar que o Estado do Paraná por ocasião do processo de saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A celebrou com a União, contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações, onde foi disponibilizada pelo ente federal a importância de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) para a aquisição de "Ativos", da carteira de desenvolvimento do Banestado e R\$ 188.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) para a aquisição de "Ativos" de créditos de baixa rentabilidade ou liquidez.

Denota-se, assim, que o Estado do Paraná já incorreu com os recursos destinados ao saneamento da instituição financeira estadual, sendo que as medidas de gestão e cobrança visam diminuir o prejuízo já consolidado.

Razões para a implementação do projeto de lei:

- Representa uma solução para minimizar problemas sócio-econômicos decorrentes da existência de saldos devedores em empréstimos concedidos para pequenos agricultores, pequenos e médios empresários;
- Viabiliza o retorno financeiro mais célere dos créditos, com a possibilidade de aplicação no mercado financeiro dos recursos que, em prazo médio, supririam os benefícios concedidos; e
- Possibilita a retomada de fluxo de pagamentos dos contratos inadimplentes para uma liquidação em curto prazo.

Razões para a adesão dos mutuários ao projeto de lei:

- Significa obter redução do saldo devedor em função das condições particulares do contrato;
- Permite a reestruturação da nova dívida em sistema de amortização que não gera novo desequilíbrio financeiro;
- Proporciona a garantia de quitação da dívida reestruturada no novo prazo acordado;
- Possibilita uma solução negociada para os contratos evitando uma demanda judicial.

Características dos contratos abrangidos:

- Disparidade elevada entre o saldo devedor atual e o valor originalmente tomado perante a instituição financeira;
- Encargos contratuais passíveis de discussão judicial;
- Elevados índices de inadimplemento; e
- Grande quantidade de ações judiciais propostas e em fase de propositura.

Desequilíbrio financeiro:

- São contratos em que os saldos devedores, em razão das conseqüentes ausências de amortizações e encargos contratuais resultaram a formação de resíduos ao longo do prazo contratual, inchando de forma excessiva os contratos e dificultando amortizações;

- O desequilíbrio financeiro nos contratos decorre de diversos fatores, cuja análise pormenorizada torna-se inviável, pois haveria a necessidade da verificação individualizada de cada contrato. Exemplificativamente, como fatores que geraram o desequilíbrio financeiro, podemos citar a instabilidade econômica havida no país, o longo período de arrocho financeiro, as altas taxas de juros praticadas, quebras de safras, a ausência em governos anteriores de políticas econômicas que privilegiassem as pequenas e médias empresas nacionais, bem como, os produtores agrícolas, entre outras, que acabaram por prejudicar os contratantes, inviabilizando suas atividades.

Inadimplemento:

- Já no Bando do Estado do Paraná S/A (antigo gestor do FDE), a inadimplência dos contratos era elevada e crescente.

Ações judiciais:

- A Agência de Fomento do Paraná S/A, está priorizando a propositura de ações contra os maiores devedores e que não seriam beneficiados na atual proposta;
- As ações judiciais delongam elevado prazo de tempo (na média - acima de 6 anos), o que não justifica o esforço na propositura de medidas judiciais visando a recuperação de baixos valores;
- A concentração de esforços no âmbito judicial dar-se-ia, justamente, sobre os maiores devedores.

Desvantagens da solução judicial para o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e para os mutuários:

- Alto custo do processo, considerando-se a estrutura a ser disponibilizada pela Agência de Fomento do Paraná;
- Longo tempo de demanda, em média 6 anos; e
- Concluído o processo judicial (transitado em julgado) nem sempre o problema estará resolvido, tanto em benefício do Estado do Paraná como do mutuário.

Dispensa integral da dívida:

- Alcança os mutuários com saldo devedor nominal ou recalculado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- Soluciona definitivamente o problema;
- Atinge mais de 2.700 mutuários (48,33%) da carteira ativa;
- Os valores dispensados integralmente representam aproximadamente 0,84% do total da carteira de "Ativos" do Estado do Paraná;
- Diminui os custos de manutenção do Estado do Paraná para com a carteira;
- Possibilita que sejam focados esforços na recuperação de valores dos mutuários com maiores saldos devedores;

- Beneficia diretamente pequenos devedores.

Crítérios de correção do saldo devedor renegociado:

- os contratos renegociados terão o seu saldo atualizado pela Taxa Referencial - TR com a incidência de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Limitadores

- A proposta atende apenas aos contratos cujos saldos devedores nominais ou repactuados não sejam superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- O prazo máximo de pagamento fica limitado a 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas.

Sistema de amortização:

- Para liquidação integral da dívida o mutuário terá um desconto de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o saldo devedor nominal ou recalculado;
- Para parcelamento da dívida o mutuário terá um desconto variável de 25% (vinte e cinco por cento) a 40% (quarenta por cento) incidente sobre o saldo devedor recalculado, conforme o número de parcelas;
- na reestruturação da dívida o sistema de amortização está limitado a 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas;
- O saldo devedor será atualizado pela Taxa Referencial - TR, com a incidência de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Impactos da Medida:

- Soluciona definitivamente o problema;
- Alcança mais de 5.100 mutuários (90,62%) da carteira ativa;
- Procura tornar compatível a nova prestação com a capacidade de pagamento do mutuário, no caso de reestruturação da dívida;
- Concede descontos a partir da situação específica de cada contrato; e
- Propicia a recuperação mais célere de valores em prol do Estado do Paraná.

Síntese da proposta

A presente proposta consiste no enquadramento dos mutuários equacionando os desequilíbrios apresentados nos contratos oriundos do Banco do Estado do Paraná S/A, em função de inadimplência e dos demais aspectos anteriormente aduzidos, autorizando a liquidação ou parcelamento da dívida, com base nas seguintes variáveis:

1. Dispensa integral da dívida para os mutuários com saldo devedor nominal ou recalculado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
2. Recálculo da dívida para os mutuários inadimplentes a partir da 1ª inadimplência excluindo-se todos os encargos contratuais, atualizando-se o saldo devedor com fulcro na Taxa Referencial - TR e incidência de juros de 3% (três por cento) ao ano;
3. Sobre o valor apurado, será concedido desconto adicional máximo de 50% (cinquenta por cento) para o caso de liquidação integral da dívida;

4. Nos parcelamentos de dívida, o desconto adicional será de no máximo 40% (quarenta por cento) considerando-se o prazo de reestruturação da dívida. Prazo menores e entradas maiores permitirão melhores descontos.

Inadimplemento:

- Já no Banco do Estado do Paraná S/A, a inadimplência dos contratos era elevada e crescente.

Ações judiciais:

- A Agência de Fomento do Paraná S/A, e a Procuradoria Geral do Estado estão priorizando a propositura de ações contra os maiores devedores e que não seriam beneficiados na atual proposta;
- Do universo de mutuários, aqueles que possuem saldo devedor nominal atual acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) representam 9,38% do número de devedores, mas em contrapartida, em valores de referência compõem 88,13% do total da carteira;
- As ações judiciais delongam elevado prazo de tempo (na média - acima de 6 anos), o que não justifica o esforço na propositura de medidas judiciais visando a recuperação de baixos valores;
- A concentração de esforços no âmbito judicial dar-se-ia, justamente, sobre os maiores devedores, representando aproximadamente 650 (seiscentos e cinquenta) contratos, cujo saldo devedor total para o mês de julho/2005 representa R\$ 2.003.754.925,77 (dois bilhões, três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos).

Desvantagens da solução judicial para o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e para os mutuários:

- Alto custo do processo, considerando-se a estrutura a ser disponibilizada, envolvendo a Procuradoria Geral do Estado e a Agência de Fomento do Paraná;
- Longo tempo de demanda, em média 6 anos; e
- Concluído o processo judicial (transitado em julgado) nem sempre o problema estará resolvido, tanto em benefício do Estado do Paraná como do mutuário.

Objetivo Final

Buscar o equilíbrio financeiro dos "Ativos" do Estado do Paraná, de forma a minimizar o prejuízo à incorrido por ocasião do processo de saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A, buscando a recuperação de valores de forma mais célere evitando maiores entraves.

PROJETO DE LEI Nº 564/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica fixado o valor da Taxa de Coleta de Tratamento de Esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% (cinquenta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Barbosa Neto, Elio Rusch e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo reduzir a taxa de esgoto, que onera os orçamentos domésticos das famílias paranaenses, tendo em vista que o percentual atualmente cobrado (80% sobre o consumo de água) é muito elevado em função dos investimentos que são necessários para a realização da coleta e tratamento de esgoto.

Sendo assim, esperamos contar com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas Parlamentares para aprovação imediata desta lei, por tratar-se de uma justa medida que alcançará todos os paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 565/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo realizar nos alunos matriculados nas escolas da rede pública estadual de ensino, exames oftalmológico e otorrinolaringológico, ao longo de cada ano letivo.

Art. 2º As Secretarias de Estado de Educação e de Saúde poderão firmar convênios com os Municípios e Instituições de Saúde, inclusive com Corporações Militares e Forças Auxiliares, com vistas à realização dos exames previstos no artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A visão das crianças desempenha um papel extremamente importante no seu desenvolvimento, em especial durante os primeiros anos de vida. Os bebês, as crianças antes de começarem a falar e os jovens nem sempre estão conscientes de ter problemas visuais.

Até os três anos, o cérebro não está ainda totalmente desenvolvido, de modo que o desenvolvimento da visão ainda é flexível. Somente cerca dos cinco a seis anos de idade, quando a criança começa a ir à escola, é que este desenvolvimento termina. Os defeitos dos olhos e da visão que até essa altura não haviam sido detectados são então difíceis de corrigir, e seu tratamento é frequentemente mais dispendioso do que numa idade mais precoce. As deficiências visuais, provocadas por miopia, presbiopia, astigmatismo ou doenças de olhos eventualmente existentes, não são, muitas vezes, detectadas pelos pais nem diagnosticadas pelos exames preventivos nor-

mais. Um diagnóstico precoce de doenças ou defeitos na visão, efetuado por oftalmologista, poderá evitar deficiência da visão para toda a vida.

O exame otorrinolaringológico se faz necessário, pois poderá diagnosticar problemas desde uma simples irritação na garganta até um possível câncer e combater precocemente doenças relacionadas a ouvido, nariz e garganta.

É dever do Estado, através da Política Estadual de Saúde, e dentro de sua competência, promover as condições indispensáveis ao exercício de direito à saúde, garantida a todo cidadão.

A Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, atende aos princípios expressos na Constituição federal e Estadual, na Lei Orgânica de Saúde, Leis nº 8030, de 19 de setembro de 1990 e 8142 de 28 de dezembro de 1990, no Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 e observado no disposto na Lei Estadual nº 10913 de 04 de outubro de 1994 estabelece normas, em todo o território do Estado, para a promoção, proteção e recuperação de saúde, e disposto sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde nas esferas estadual e municipal.

A detecção e a prevenção constituem a chave para abrandar ou interromper o desenvolvimento dos problemas oftalmológicos e otorrinolaringológicos. Este projeto ora proposto torna-se obrigatório à realização gratuita de exames, pois irá prevenir doenças e melhorar o desempenho dos alunos na escola da rede pública de ensino.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar o desempenho e a saúde dos alunos que freqüentam as escolas públicas do Estado do Paraná.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, tenho uma Questão de Ordem para encaminhar a V. Exa., quanto à utilização do Grande Expediente.

O Deputado Anibelli, dispondo do Regimento Interno da nossa Casa, legalmente, no artigo 104, requereu o Grande Expediente até o dia 28 de novembro, se não me falha a memória. Quero dizer a V. Exa. que não discordo da atitude do Deputado Anibelli, porque está contemplado no Regimento Interno, mas quero dizer a V. Exa. que estou encaminhando à Mesa no momento, um requerimento, requerendo o Grande Expediente do ano que vem. Todo o ano que vem, o Grande Expediente está reservado para a Oposição nesta Casa. Como estou defendendo o requeri-

mento do Deputado Anibelli, no qual ele, se socorrendo do Regimento Interno tem esse direito, quero reservar esse direito à Oposição no ano que vem.

Então, encaminho a V. Exa. o meu requerimento, baseado na contemplação do já feito e que já está sendo respeitado por esta Casa e espero que o meu requerimento também o seja, porque devo ter...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A palavra está assegurada ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Digo o seguinte: inicialmente invoco a garantia constitucional maior do Estado brasileiro, consubstanciado nos princípios da igualdade. A Lei é para todos e todos são iguais, perante o artigo 5º da Constituição Federal. Invocando esse artigo, o meu requerimento está na Mesa e já considero que a Oposição está contemplada com o Grande Expediente do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência vai ainda no dia de hoje ou amanhã, convidar os Líderes Dobrandino, Anibelli, Valdir Rossoni e demais líderes partidários para fazermos uma reunião e acharmos um entendimento, porque essa Presidência toma uma decisão agora e até pode ser contestada posteriormente, mas o Deputado Anibelli tem inscrição assegurada no mês de setembro.

Pretendo, ainda nesta semana, fazer uma reunião com as Lideranças, para que esta casa realmente possa ser um Poder democrático e aberto, que possa dar oportunidade a todos os seus Parlamentares.

Está encerrada a discussão sobre este assunto na Sessão de hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Entendo V. Exa., mas não é a informação que foi dada a esta Casa. A inscrição do Deputado Anibelli, regimentalmente é legal e, a informação que foi dada, não sei qual era a pessoa que estava exercendo a presidência, foi informada que não era apenas no mês de setembro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele fez a inscrição até o final do ano.

Esta Presidência aceita até o final do mês.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Essa é uma decisão de V. Exa. tomada agora?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agora. Tanto é que estou marcando, vou fazer um convite a todas lideranças, para acharmos o encaminhamento.

Pela Ordem, o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, estou ouvindo a sua intervenção. Apenas para contribuir.

Sei que vai haver a reunião na sequência, mas falo aqui, porque todos os Deputados podem ouvir. Já falei com o Deputado Augustinho Zucchi.

Tínhamos, Sr. Presidente, na Câmara Municipal, uma regra de que as inscrições valiam para a semana. O que me parece, permite que todos possam usar naturalmente o horário sem fazer reservas antecipadas, seja por um mês, por dois meses.

Então, queria sugerir que, quando houvesse o debate, pudéssemos ponderar, também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma.

Hoje, temos, além das duas Sessões, a que está sendo realizada agora, a antecipação da Sessão de amanhã e teremos ainda uma Sessão Solene, hoje, em homenagem aos 152 anos da Polícia Civil do Estado, por proposição do Deputado Alexandre Curi.

Então, pediria a compreensão dos Srs. Parlamentares, que esse assunto vamos debater em uma reunião interna entre as lideranças dos Partidos que têm Bancada aqui na Casa.

Com a palavra o Deputado Plauto.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não sabia, e garanto que uma boa parte do Estado do Paraná também não, que no dia 27 de agosto, o Estado passou a ter uma nova faculdade: a “Faculdade do Movimento Sem-Terra”, que é mantida com o dinheiro público e que tem como patronos, figuras controversas da cena política nacional e internacional, como o João Stédile, que já mandou os sem-terra invadirem praças de pedágio, usinas hidrelétricas e também, como patrono, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, um dos principais críticos ao capital dos Estados Unidos.

(Lê):

“Doutrinas do MST e de Hugo Chávez serão ensinadas com dinheiro público

Foi inaugurada na cidade paranaense da Lapa uma nova faculdade do MST, mantida com dinheiro público e que tem como patronos figuras controversas da cena política nacional e internacional: João Pedro Stédile, que já mandou os sem-terra destruir pedágios e invadir usinas hidrelétricas, e Hugo Chavez, Presidente da Venezuela cuja principal ocupação é atacar os Estados Unidos.

A Escola Latino-Americana da Agroecologia, inaugurada dia 27/08, fica em um assentamento da Lapa, cidade paranaense a 70 km de Curitiba. A escola tem

capacidade para 100 alunos, de diferentes organizações camponesas de toda América Latina, que após três anos se formarão Tecnólogos em Agroecologia. Tudo indica que a instituição seguirá na mesma linha da escola Florestan Fernandes, aberta em janeiro, em Guararema, São Paulo. A escola paulista recebeu 300 mil reais do Governo Federal para alfabetizar jovens e adultos, mas seus chefes não escondem que o principal objetivo é o de “formar quadros para ocupar terras”.

A coordenação do MST no Paraná afirmou que a escola da Lapa, parceria entre Brasil e Venezuela, terá um currículo que se contrapõe ao agronegócio. “Vai ensinar com uma concepção voltada à defesa da soberania alimentar dos povos e das sementes, com foco na agroecologia”.

O Governo do Paraná, Roberto Requião, participou da solenidade de inauguração ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que, como ele, é declaradamente aliado do MST do Brasil. A afinidade envolve também a imobilização dos militantes: os sem-terra já invadiram e quebraram praças de pedágio, agindo simultaneamente à elevação do tom das críticas do Governador às concessionárias.

O coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, enfatizou o alinhamento com o governo paranaense ao falar de “postura firme e corajosa por parte do governo para enfrentar os interesses das transnacionais que querem monopolizar a agricultura.”

Já que o Governo brasileiro participa da nova escola do MST por intermédio da Universidade Federal do Paraná. A UFPR vai dar o certificado do curso de graduação em agroecologia, além de ceder professores. A idéia dos organizadores é abrir uma escola semelhante na Venezuela, também fruto de um intercâmbio do MST com a ONG Via Campesina Internacional e apoio dos governos de esquerda.].

A representante do governo venezuelano, Judith Valência, destacou a parceria entre o Paraná e a Venezuela, e disse que os primeiros 20 venezuelanos que estarão na escola vêm em busca do desenvolvimento de técnicas de produção de alimentos livres de venenos e dos interesses do mercado internacional.”

E veja só, Sr. Presidente, a bondade do Governador Requião: ele está pegando o patrimônio público de nós, paranaenses, e está doando as terras de propriedade da antiga Banestado Reflorestadora, - numa parte delas ainda existe reflorestamento de pinos, que é vendido à indústria madeireira paranaense que gera milhares e milhares de empregos, milhares e milhões de tributos aos cofres do Estado do Paraná - para que nessas terras possam novos assentamentos acontecerem. Isso é um verdadeiro chamariz para Sem-Terra, uma ação e uma atitude como esta do Governador Roberto Requião que apóia um movimento ilegal e que tem usado das ações dos seus líderes para tentar confrontar os Governos, confrontar a Constituição Federal!

Na minha avaliação, o Governador mais uma vez está pecando com sua atitude. Propriedades que ele vai ceder, doar para o Movimento Sem-Terra, lembrando áreas que ainda existem reflorestamento e pinus. São áreas da região de Irati, Mangueirinha, Paula Freitas e outras áreas na região dos Campos Gerais.

Fica aqui o nosso protesto, no momento em que nós brasileiros, prezados pela ordem, prezamos pelo cumprimento e pelo respeito da Constituição Federal, vemos ações de Governos de esquerda em defesa das ações do Movimento Sem-Terra, que agem na ilegalidade, invadindo propriedades produtivas que geram riquezas para o nosso Estado do Paraná.

Está aí o registro nos Anais desta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o Pequeno expediente para fazer algumas considerações no mesmo assunto que nós abordamos na segunda e na terça-feira desta semana: a questão do Pedágio no Estado do Paraná e a do Porto de Paranaguá. São dois assuntos que votamos, alertávamos à Casa que era um projeto inócuo, inconstitucional. Mesmo assim, a Assembléia aprovou, o Governador sancionou e o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a Lei dos Transgênicos. O Governador do Estado do Paraná mesmo assim continuou proibindo os transgênicos via Porto de Paranaguá.

A Justiça, agora na última semana, liberou o embarque de soja transgênica. O Governador na semana passada, - os senhores sabem muito bem - usou a Polícia Militar para abrir as cancelas do pedágio da Rodovia das Cataratas de Guarapuava a Cascavel.

Nós dizíamos aqui da tribuna, Deputado Hermes Fonseca, que seria uma medida arbitrária, que isso custaria caro para o Estado do Paraná, e quem vai pagar a conta não é o Governador, é o Governo, e o Governo são todos os paranaenses, com o imposto que nós pagamos, que poderia ser usado para segurança, para educação e para a saúde. Esse dinheiro, com certeza, no futuro será usado para pagar as indenizações indevidas que surgirão em decorrência a atos administrativos, sem pensar, pelo Governo do Estado do Paraná.

Eu quero dizer a esta Casa que não são palavras do Deputado Elio Rusch; são palavras das empresas que se sentem prejudicadas. E hoje, a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias do Estado do Paraná, através do seu Presidente, deixou claro que a medida adotada pelo Governo do Estado na última semana, será ressarcida e eles vão pedir na Justiça. Sem sombra de dúvida, a Justiça haverá de julgar aquilo que a lei determina. Se nós

vivemos num País de estado de direito, a legislação tem que ser respeitada!

Isso já aconteceu, senhores paranaenses que estão aqui presentes hoje nesta Sessão, com o Porto de Paranaçu, já aconteceu com a própria Sanepar, já aconteceu com os transgênicos, e tudo isso que nós estamos votando, não tudo, algumas medidas que a Assembléia está votando, serão derrubadas na Justiça. E eu, por uma questão de coerência, devo deixar registrado na Sessão de hoje aquilo que a Assembléia já fez quando nós alertávamos, e aquilo que a Assembléia ainda poderá fazer.

Eu defendo a Sanepar em todos os momentos. Sempre a defendi, mas é uma questão que o Supremo Tribunal Federal já tem julgado, o próprio Governador, quando o Supremo julgou a inconstitucionalidade, retirou o decreto, e hoje nós vamos votá-lo. Com toda certeza esse decreto será aprovado, e para que os senhores e as senhoras que estão aqui presentes não me entendam errado, por favor, eu deixo esse alerta.

Para mim essa questão já está julgada na Justiça e nós vamos votar hoje. Com toda certeza, a palavra final será novamente Brasília. Que nós não sejamos enganados e que a sociedade do Paraná não seja alertada, diante daquilo que a Assembléia está fazendo.

Eu deixo claro a todos os paranaenses, nós somos parlamentares, nós somos paranaenses por excelência, nós queremos o bem do Estado do Paraná, mas não podemos, de forma alguma, enganar ninguém do nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de iniciar o pronunciamento, o motivo que me traz aqui, eu só gostaria de fazer uma correção, Deputado Plauto: a escola em São Paulo, não é Floresta Fernandes, mas é Florestan Fernandes, que foi um dos maiores pensadores do nosso País. Florestan Fernandes foi uma pessoa que deu uma contribuição imensa para a história do nosso País, e certamente por isso foi homenageado com o nome da escola em São Paulo, feito inclusive pelos trabalhadores rurais sem-terra.

Então, só para contribuir, se o senhor assim me permitir, na próxima intervenção, não é Floresta, mas é Florestan, e nós temos os livros dele, inclusive à disposição.

No dia de hoje votaremos o projeto que prevê uma alteração dentro do pacto que hoje faz a Sanepar ter um uma situação inusitada. Uma situação semelhante a que temos em algumas empresas, onde um grupo, apesar de ser minoritário em termos acionários, acaba tendo o controle da empresa.

Nós, do PT, ontem em reunião e hoje em conversa com os Deputados, entendemos que, apesar de ser polê-

mico o projeto, apesar de ter questionamentos e é legítimo, entendemos votar favoravelmente ao decreto.

Digo isso com muita tranquilidade, porque recentemente tivemos aqui um debate a respeito da autarquização ou não da Emater. Foi aprovada e teve quatro votos contrários do PT e cinco favoráveis.

Hoje todos os Deputados do PT irão votar favoravelmente junto ao Governo.

É preciso esclarecer, porque me parece que isso não fica claro aqui dentro. Tudo aquilo que indicar ser correto para o Estado e ser favorável à maioria da população, estaremos votando junto.

Hoje, votaremos com o governo, porque esse projeto favorece a maioria da população.

Quando foi votado o projeto que previa a autarquização, previa também que já fosse feito o pagamento do valor que estava pendendo dos dissídios e que até agora não foi feito. Até não foi conseguido uma conversa com o Procurador do Estado.

Porque, se for promulgado o projeto de lei antes do acordo, todos aqueles que receberiam esse valor por conta do acordo, passarão a receber por precatório. Teremos uma situação desagradável. Gerará uma pendência política.

Então, faço um apelo ao Líder do Governo, que possa fazer contato com o Procurador-Geral, para que possamos, num tempo hábil, fazer esse acerto já previsto e que não tenhamos nenhum tipo de constrangimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, Deputado José Domingos ScarPELLini.

Deputado José Domingos ScarPELLini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje não vou cobrar o Governador Roberto Requião por não ter acabado ou abaixado o pedágio.

Só vou lembrar que também para Paranaguá não tem rodovia alternativa e o Governador ainda não mandou a Polícia Militar ir lá para levantar as cancelas. O que me deixa uma suspeita que o Governador está discriminando a empresa do Dr. Cecílio Almeida.

Queremos a mesma medida para todos. Queremos que o Governador cumpra a sua palavra, porque ele disse que no dia seguinte de sua posse iria tomar uma providência e resolver o problema, e até agora não resolveu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que nos deixa indignados é a situação que deixaram o INSS do Paraná. Tiraram a Regional do INSS de Curitiba e levaram para Florianópolis, bem como levaram a de Porto Alegre para lá! O Presidente da República assinou o Decreto nº 5513 que criou esse problema para todos nós, paranaenses, e, também, para os gaúchos!

Quem foi que fez esse decreto? Quem preparou?

Foi um grupo de tecnocratas de São Paulo, comandado pelo Ministro Nelson Machado, pelo Presidente do INSS, Valdir Simão e pelo Gerente Executivo Carlos Eduardo Gabas que, não tirando nenhuma informação com o povo e com as autoridades do Paraná, criaram essa regional de Santa Catarina, dificultando a vida do povo paranaense! Se alguém lá em Faxinal ou em Santo Antônio da Platina precisar resolver uma questão de uma aposentadoria ou de qualquer perícia, vai ter que se deslocar a Florianópolis. Pasmem, senhores que situação que estamos vendo criada para o trabalhador mais simples, para o homem de mãos calejadas que não sabe, muitas vezes, nem vir a Curitiba, ter que ir a Florianópolis.

O que estamos vendo é um silêncio geral. O Governador Roberto Requião, que era irmão do Presidente Lula do PT, nada fez e nada se pronunciou até agora sobre isso.

A preocupação dos funcionários do INSS do Paraná, a ex-Gerente, aqui de Curitiba, que tinha um projeto de expansão das agências para descentralizar o atendimento no interior, viu o seu projeto ir ao chão e viu a Superintendência do Paraná ser levada para Santa Catarina.

Aqueles tecnocratas paulistas da Avenida Paulista ou da Angélica, sabe Deus de onde, que não querem resolver o problema de ninguém; além de não quererem resolver, ainda querem criar mais! Nós vamos, Sr. Presidente, fazer um protesto veemente ao Presidente da República, por meio da Assembléia, era um requerimento encaminhado à Presidência, e queremos uma solução.

Vimos, há pouco, que o Deputado Borba renunciou ao mandato. Ele, que foi trazido para o PMDB pelo Governador Roberto Requião em festas, agora renuncia ao mandato para não ser cassado. Uma grande preocupação está chegando em Brasília que seria a possibilidade de o Governador Requião vir a ser candidato à Presidência da República e levar a escolinha do Professor Raimundo, aqui do Museu, para o Estádio Mané Garrincha, em Brasília, em um futuro próximo ou então, também, a transferência dos cavalos da Granja do Torto...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Seu tempo está esgotado, nobre Deputado.

Não concedi mais tempo para os demais Deputados; quero que V. Exa. entenda também.

Com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu tenho subido à tribuna desta Casa, com insistência, para tratar de uma questão de fundamental importância para o Estado do Paraná e, ao que parece, o Governo tem feito ouvidos moucos em relação à nossa preocupação.

Mais uma vez, na tarde de hoje, quero trazer a minha preocupação em relação à construção de barragens ao longo do Rio Tibagi. Eu repito, e a cada dia que passa, me convenço cada vez mais, de que a construção de usinas hidrelétricas, ao longo de um dos poucos rios virgens que existem no Paraná, que cruza por 42 municípios, que corta de alto a baixo o nosso Estado, tendo um papel preponderante no desenvolvimento, na história, e principalmente, na vida do povo paranaense, é um grave equívoco que será cometido por este Governo.

Vamos completar aqui um mês em que protocolei um requerimento ao Governador Roberto Requião, solicitando a suspensão dos estudos, para a licitação e a contratação de empresas, para a construção de hidrelétricas do Tibagi e não recebemos nenhum tipo de resposta.

O tempo vai passando e estamos recebendo documentos fartos, que comprovam que a nossa preocupação é procedente.

Recebo, por exemplo, da professora, Dr. Maria Josefa dos Santos, Diretora do Núcleo de Estudos do Meio Ambiente - NEMA, órgão do Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina, o estudo de uma análise de impacto, que faço questão de encaminhar, através de requerimento, ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, para que ele tenha conhecimento da nocividade que representa ao Estado, a construção dessas usinas hidrelétricas. A obstrução de suas águas provoca impactos ambientais, que ultrapassa a capacidade de regulação e manutenção do equilíbrio ambiental do Rio Tibagi, como consta este ofício que eu recebi.

O nosso país viaja na contramão da história, com o atraso degradando o ambiente, sem as responsabilidades que cabem às futuras gerações da vida, também diz, aqui, este mesmo ofício do Núcleo de Estado do Meio Ambiente. Mais grave até do que tudo isso, recebo a opinião de um dos maiores jornalistas do Brasil, Marcos Sá Correia, que há pouco tempo atrás editava uma coluna na Revista Veja, no que ele diz, em outras palavras uma denúncia extremamente grave, em que a ministra Dilma Roussef, que era Ministra das Minas e Energia, hoje atual Chefe da Casa Civil, pediu ao Governador Roberto Requião, que abrisse alas para a construção de hidrelétricas ao longo do Rio Tibagi: Sejam os impactos fraudados ou não, os relatórios de impacto ambiental, o biológico Euclides Salvino Grande Júnior e o Marcos Bronskai, que constatarem irregularidades nesse relatório EIA-Rima, que foram confeccionados para a tristeza do Governo, registrou em cartório esta verdadeira indústria EIA-Rima. Justamente o que está sendo denunciado pelo jornalista Marcos Sá Correia, é que os dois biólogos registraram esse documento em cartório.

Portanto, os papéis que foram protocolados no Instituto Ambiental do Paraná escondiam os impactos e imitavam as providências que foram recomendadas por essa equipe. E aí vem o mais grave, diz ele que no Brasil existe uma verdadeira indústria de falsificação desses

estudos de impacto e relatórios do meio ambiente, pelo menos quando está em jogo a construção de hidrelétricas.

Esse é um escândalo que o Governo Lula herdou do Governo Fernando Henrique, segundo o jornalista Marcos Sá Correia. Essa herança maldita, infelizmente, não fez com que o Governador Roberto Requião suspendesse os projetos de construção de barragens, ao longo do Rio Tibagi.

Repito, aqui, que a Ministra Dilma Rousseff pediu ao Governador para que fizesse as construções ou o processo de licitação para a construção dessas barragens ao longo do Rio Tibagi,

E finaliza aqui o próprio jornalista que hoje edita o site Eco: “pena que esses jovens biólogos estejam falando sozinhos em uma hora em que o País, ocupado como está com as CPI’s do Mensalão e dos Correios, não tem ouvidos nem repórteres para outros escândalos, lamentavelmente”.

Eu estou com a minha consciência tranqüila, porque estou fazendo as denúncias e não só isso, estou protocolando requerimentos, não a assessores nem a secretários, mas diretamente para o conhecimento do Governador Roberto Requião, que com certeza é um homem ocupado, mas que tem, acima de tudo, uma preocupação. Esperamos que ele a tenha, em relação ao futuro do nosso Estado. Qual será o legado que nós deixaremos às futuras gerações?

E mais grave até do que tudo isso, a própria Liga Ambiental nos remete aqui um e-mail em que está propondo até uma ação civil pública para impedir a construção e a realização dos leilões para os projetos de licenciamento que foram protocolados junto ao IAP, porque eles flagrantemente desrespeitam o sistema nacional de recursos hídricos, que não está observando a necessária participação popular no uso das águas da bacia hidrográfica do Rio Tibagi. O Comitê da Bacia do Rio Tibagi foi formulado de forma errônea e o próprio Governador se apressou a nomear novos membros para esse comitê que não se reunia há mais de um ano, inexplicavelmente. E a própria Liga do Meio Ambiente está acusando de má fé a empresa que está fazendo esse relatório e acusa o Governo, inclusive de mascarar a realidade para legitimar as intenções de construir ao longo do Rio Tibagi essas seis ou sete usinas hidrelétricas.

E aqui a análise sobre os documentos dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental na Usina do Tibagi que foram feitos entre os anos de 1992 e 1994, há onze anos, portanto, com uma série de defasagem e foi realizada apenas uma campanha de coleta, sendo que, para um estudo completo dessa natureza e com a amplitude tão grande é usual a realização de coletas sistemáticas dessas amostras. Não foram observadas as características físicas e químicas, microbiológicas e de resíduos de organoclorados. Um procedimento, portanto, precário, corroborando a minha tese anterior de que nós não podemos, a toque de caixa, aprovar a construção dessas usinas hidrelétricas.

É a preocupação que nós externamos na tarde de hoje. Não vou falar nem até das alternativas que nós poderíamos utilizar com um impacto ambiental bem menor como, inclusive, reza a própria Constituição Estadual.

Quero deixar registrado também na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que como relator desse projeto importantíssimo para o nosso Estado - que faz com que as galerias na tarde de hoje estejam lotadas - nós do PDT estamos agindo com total isenção e principalmente fazendo aqui esse relatório o mais técnico possível em benefício do Estado, para que o Paraná possa retomar o controle acionário da empresa estatal de saneamento básico, que é a Sanepar.

Nós fizemos esse relatório, apresentamos à Comissão de Constituição e Justiça e muitos pensaram assim: o Barbosa Neto é um Deputado de Oposição e vai fazer um relatório contrário aos interesses do Estado do Paraná. Não! Nós temos responsabilidade, acima de tudo, e tenho provado com a nossa posição neste plenário. Quando tivemos que denunciar algo que venha em prejuízo ao povo do Paraná, nós o fizemos, e quando os projetos vêm em benefício, em consciência na melhoria da qualidade de vida do nosso povo, nós estamos fazendo.

Portanto, Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que é do Partido Democrático Trabalhista, juntamente com o Deputado Neivo Beraldin, Deputado Renato Gaúcho, tenham a certeza que a missão que me foi outorgada, com muito orgulho, de liderar Deputados experientes nesta Casa, nós temos levado a contento, procurando acima de tudo ter o respeito com todos os Pares desta Casa e na tarde de hoje estamos fazendo acima de tudo aquilo que nos manda a consciência, mas principalmente a lei, em benefício do povo do Estado do Paraná.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Barbosa Neto, eu quero rapidamente aproveitar este aparte que V. Exa. me concede, para enaltecer a sua posição em favor do Estado do Paraná quando emitiu parecer favorável nesse projeto que V. Exa. relatou. Acho a água um bem universal, patrimônio de todos, e portanto, o Paraná não deveria jamais abrir mão do controle público da água, do seu uso, enfim, porque ela, obviamente, incide em toda a nossa população. É antes de tudo uma questão de segurança para a população, de saúde pública. Acho que V. Exa. fez valer o seu mandato de representante da população do Paraná.

Eu pretendo encaminhar, posteriormente, o projeto, na sua votação, e ao dizer a V. Exa. que sou favorável ao projeto, sou favorável que seja desfeito esse pacto de acionistas e que o controle seja efetivamente do Estado, na Sanepar, e que o Estado, como ente público, seja o gestor da Sanepar e do seu trabalho.

Eu gostaria de parabenizá-lo por ter feito este relatório e por ter sido esta posição em favor do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço ao aparte do Deputado Augustinho Zucchi e finalizo dizendo que nós esperamos, acima de tudo, que possa diminuir, inclusive, para a própria população paranaense a cobrança da taxa que a Sanepar cobra, principalmente sobre o consumo da água em relação ao esgoto.

E, mais do que isto, esperamos que esses 260 milhões de lucro no ano passado, 210 milhões este ano, possam reverter para o Paraná, a bem dos funcionários que poderão, inclusive, ter um ganho ainda melhor, e a bem do interesse público, da pessoa que está lá na ponta...

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está esgotado o seu tempo, nobre Deputado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para fazer um comunicado ao Plenário que hoje nós estamos recebendo alguns integrantes do comitê Frente do Brasil sem Armas, nacional, e teremos uma reunião logo mais à tarde, na Câmara Municipal de Curitiba, juntamente com os Vereadores, e também com o Arcebispo de Curitiba, Dom Moacir.

E também registrar a presença do Prefeito de Serтанópolis, Dr. Luís.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado. Seja bem-vindo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero ser inscrito para encaminhar a votação do Decreto Legislativo da Sanepar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente, nobre Deputado.

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB)

Para registrar a presença do Presidente da Câmara de Saudade do Iguaçu, Sr. Irineu Perusso e Lindomar Mendes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

(Declina)

Horário das Lideranças:

Passamos ao Horário das Lideranças:

PPS (**Declina**).

PDT, já foi usado pelo Deputado Barbosa Neto.

PFL, já foi usado pelo Deputado Plauto Miró Guimarães.

PT. Com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Carlos Welter

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Plauto Miró, criticando a Escola Técnica de Agroecologia inaugurada recentemente aqui no Paraná e uma em São Paulo.

É uma Escola Técnica que vai capacitar, formar quadros técnicos para trabalhar a questão ambiental, a questão agroecológica, a questão do cultivo sem agrotóxicos, para cultivar a vida das pessoas, para proporcionar saúde às pessoas que puderem e tiverem condição de comprar alimentos que são orgânicos.

Essas escolas são uma forma de criar alternativa de renda, emprego para os pequenos. A inversão da lógica para a política da agricultura familiar aconteceu e está acontecendo, de fato, no País. Com todos os limites que existem, de cursos escassos, há políticas sendo realizadas para fazer uma reforma agrária.

O fato de estar criando escolas técnicas na área de agroecologia, aqui no Estado - foram retomadas todas as escolas agrícolas do Paraná - mostra a visão estratégica de fazer o fomento e a extensão rural para atender o pequeno produtor, o pequeno agricultor.

Então, Deputado Plauto, a sua crítica - porque se faz homenagem a líderes ligados ao MST - pode até ser válida, mas do ponto de vista pedagógico, da necessidade da sociedade organizada em termos técnicos formados para proporcionar técnicas agrícolas ou agropecuárias para nosso pequeno produtor, está acertadíssimo, enquanto política pública, com toda certeza!

Diga-se de passagem, o consumidor, na sua maioria, quer alimentos com qualidade e sem agrotóxicos. Claro que isso é muito difícil e nunca, quando se colocam escolas agrícolas ou agropecuárias não se quer contrapor ao agronegócio, de forma alguma! O que se quer é proporcionar, com o tempo, mais alimentos de qualidade e criar condições para que os pequenos agricultores continuem na propriedade.

Falando nisso, se formos comparar um dado, de tantas críticas que temos levado neste momento de crise nacional, nós que somos do PT, sempre fomos do PT, nessa área agropecuária na safra 2002/2003 no setor da agricultura familiar, foram designados 2.4 bilhões de reais dos recursos do PRONAF. Já nessa safra agrícola de 2005/2006 já serão nove bilhões de reais; não faltarão

mais recursos para a agricultura familiar. Houve realmente uma inversão; está se investindo muito no pequeno agricultor.

Muito se tem falado, criticado o nosso Governo, venho aqui no Horário da Liderança falar de alguns dados que são importantíssimos e que mostram que, de fato, está se resgatando o papel do Estado, como aqui estão hoje os representantes dos funcionários da Sanepar, no Estado, também se resgata o caráter público do Estado. A nível nacional também não se fala mais tanto em Alca, abandonou-se essa tese; fala-se da defesa do interesse do Mercosul, fala-se nas negociações que precisam avançar na Organização Mundial do Comércio, onde se busca eliminar subsídios da agricultura para facilitar a vida do agronegócio nacional.

Nesse sentido o Brasil está batendo todos os recordes nas exportações; há uma economia sustentada, o PIB crescendo ano a ano, todos os índices apontam para um crescimento de fato sustentável e duradouro, sem medidas populistas. Essa é a visão do que está acontecendo a nível nacional com toda essa crise política, que queremos e exigimos a punição exemplar para os culpados. Há uma esperança muito grande e essa fragilidade na política nacional mostra o quanto a principal ferramenta de fazer política - que são os partidos políticos - está enfraquecida e fragilizada.

Gostaríamos tanto que se fizesse uma reforma política profunda onde se valorizasse os partidos políticos cada vez mais. Mostra também as fraquezas do próprio Judiciário, que muitas vezes o legislador não criou instrumentos ágeis para poder evitar possíveis caixas 2 nas campanhas. Isso tudo mostra o quanto precisa se aprofundar e melhorar no País muitas coisas.

Mas, Srs. Deputados, quantos instrumentos legais para dizermos que está fazendo efeito, que está dando sustentabilidade econômica para o País, já estão sendo feitas, foram feitas e estão vigorando? Leis que foram votadas, foram sancionadas e têm seus efeitos no dia-a-dia da população.

Vamos ver algumas delas: a redução da solução de conflitos no caso da lei de falências. Foi aprovada, foi sancionada. Contribui também com a questão dos empregos e a vida sustentável das empresas a nível nacional. Foi feita a reforma tributária no Projeto de Lei Complementar 52/2004, que foi promulgado em 08/12/2004. Com relação à reforma do Judiciário, também tiveram coisas que foram remetidas a leis complementares. Na melhoria do ambiente de negócios, por exemplo, a parceria público-privada também foi sancionada recentemente; é uma novidade para o País: o que se quer é buscar dinheiro privado para ajudar na infraestrutura do País.

Todos sabem que há limites no Estado, na capacidade de financiamento. Todos sabem que o País precisa melhorar a sua infra-estrutura. Se continuar crescendo o PIB nessa média que está ocorrendo, poderemos ter em

2009 - os técnicos que dizem isso - um problema de infra-estrutura.

Então, o País passa, realmente, por um crescimento sustentável. Têm vários outros fatos que foram tomados com relação ao crédito. Isso beneficia servidores públicos, pessoas assalariadas. A Lei 10820, sancionada em dezembro de 2003, que foi a consignação em folha de pagamento, beneficiou e beneficia muita gente, inclusive o comércio de eletrodomésticos, nas vendas à vista para beneficiar o setor do comércio de eletrodomésticos, nas vendas à vista para beneficiar o setor do comércio no País como um todo. Também entre outras leis, ajustes legais que foram feitos, que possibilitam para que o País caminhe com a sustentabilidade necessária para que essa crise política não afete a questão econômica do País. No caso do setor do agronegócio já foi sancionado também a Lei 10823, que é questão da suspensão do seguro rural.

São infinidades de questões absolutamente boas para a sociedade brasileira que estão fazendo efeito e inclusive criando condições para o País continuar crescendo com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado o seu tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de ter vindo à tribuna antes do pronunciamento do Deputado Welter. Talvez ele pudesse já aproveitar para explicar a nós brasileiros, mais um escândalo do PT no dia de ontem, anunciado pelos meios de comunicação.

Quero fazer um alerta ao PMDB do Paraná. Ontem eu elogiei-o pela atitude, mas quero fazer um alerta: o PT, da forma como está fazendo, daqui a pouco vai enlamear o PMDB do Paraná.

Inicialmente, quero ressaltar o momento de muita infelicidade da direção da Copel do Paraná, sobre a forma como eles vêm agindo. Primeiro, todos sabemos que por sua determinação, foram retirados recursos da Bancos que tinham garantias e foram investidos do Fundo Previdenciário da Copel, 160 milhões do Banco Santos, que faliu, e infelizmente, a direção da Copel é responsável por essa atitude e quem está pagando são os seus servidores, para não dizer diretamente, os paranaenses. Ora, se os recursos estavam aplicados no Banco do Brasil, tinha todas as garantias e não corriam nenhum risco! Como é que se justifica a retirada de um valor monstruoso e é transferido para um Banco que todo mundo sabia? Até as crianças do Colégio Estadual sabiam que o Banco Santos estava falindo e aí, colocaram lá esta fortuna e a Copel ainda, até o presente momento, não disse nada aos paranaenses!

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Logo em seguida, Sr. Líder do PMDB.

Também quero ressaltar, e aí trago a preocupação. Ontem, a denúncia que foi feita, da Seguradora Interbrasil. Ela ofereceu vantagens ao PT para ganhar seguros de empresas de energia elétrica, como por exemplo, Angra I, Angra II e outras. Infelizmente, esta Interbrasil, comandada pelo irmão do Palocci, o homem que cuida da nossa economia, o homem que está blindado para que esse lamaçal não chegue até ele, meu caro Líder Dobrandino, Líder do Governo, a Copel - e aí acho que é o efeito da aproximação - sabe onde ela foi fazer seguros? Na Interbrasil!

Será que o Palocci teve interferência para que a Interbrasil, uma empresa que não oferecia as garantias necessárias - para quem tem memória, é muito bom recordar aqui, que num determinado momento o Governador do Paraná estava preocupado que uma barragem do Paraná iria ruir, ia estourar. Criou um fato que deixou todas as pessoas amedrontadas. O que ocorreu? A própria direção da Copel veio aqui e disse que era uma fissura normal, e que em muitas barragens existe e que não há problema técnico que possa correr esse risco!

Mas, veja a contradição. Se o Governador estava realmente preocupado com essa barragem, primeiro tinha que estar preocupado com quem ele estava segurando as barragens das usinas da Copel. E com quem foram seguradas as barragens das usinas da Copel? Com a Interbrasil, que apesar da demora da Sussep, que é o órgão que fiscaliza as empresas de seguro, veio agora intervir na Interbrasil! Interveio, mas enquanto isso, a Interbrasil beneficiava o PT na sua campanha eleitoral!

Estão aqui, as gravações feitas pela Rede Globo e, infelizmente, Deputado, há alguém no Paraná que precisa ser investigado, que trouxe ao Paraná a Interbrasil, através do PT e que, certamente - não quero fazer mal juízo do Governador - por desconhecimento do Governador, induziu a Copel a entrar nessa maracutaia.

Por essa razão, Deputado Dobrandino, cabe a esta Casa e fiz o requerimento para pedir informações à Copel, porque vou investigar quem é que trouxe essa Interbrasil para o Paraná, para vir aqui lesar o poder público paranaense!

Com aparte, Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, nobre Deputado. Com certeza, o seu requerimento será aprovado nesta Casa. É claro que a investigação é preciso que seja feita.

Mas, queria esclarecer ao nobre Deputado. Foi falado ontem, pelo Deputado Barbosa Neto e hoje por V. Exa., sobre as Fundações Sanepar, Copel e Emater, e estou aqui para esclarecer que elas tinham perdido 160 milhões, que não é verdade! Não é esse número.

Por exemplo, a Sanepar não perdeu um centavo. Pelo contrário, teve lucro nisso. Da Copel, a informação que tenho é 37 milhões, realmente. Mesmo que fosse um milhão, já era ilegal, não podemos admitir. Da Emater, três milhões. O seguro da Copel, não é ela quem faz. A empresa que constrói para a Copel é que faz o seguro.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, V. Exa. está equivocando! O seguro é feito pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica e, quando eu me referi aqui, não falei em Sanepar e não falei em Emater!

Quero dizer-lhe que, se há números distorcidos quanto à questão, quanto à Fundação Copel perdeu no Banco Santos, é culpa da direção da Copel que não informa esta Casa, porque eu fiz o requerimento há vários meses e não recebi a informação!

Agradeço o seu esforço e conto com a colaboração para investigarmos quem do PT trouxe a Interbrasil para lesar a Copel.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PMDB. Deputado Nereu Moura.

Liderança do PMDB: Deputado Nereu Moura

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Dobrandino respondeu à questão da aplicação dos recursos...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Desculpe, Deputado Nereu. Pela Ordem, só um minutinho.

(Assentimento)

Eu queria exigir que o Deputado Valdir Rossoni declinasse o nome do alguém do PT. Não se faz ilações sem provas, não se faz ataques jogando suspeitas sobre as pessoas, ou retirássemos das notas taquigráficas essa frase que faz ilações em relação a que alguém do PT trouxe a Interbrasil. Nem sabemos se a eventual licitação gerou prejuízos para a Copel e se foi a Copel! É preciso pedir informações e verificar.

Agora vir atacar, vir e jogar ilações.

Encaminho à Mesa essa solicitação de retirar das notas taquigráficas a citação do PT ou senão que o Deputado Valdir Rossoni cite o nome aqui e agora!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Eu sei que o momento é desespero do PT.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Desespero não! Não há!

V. Exa. esteve ao lado do Collor, esteve ao lado do tucano Fernando Henrique Cardoso que enterrou este País, não vai fazer isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sou um homem orgulhoso de ser o Presidente do PSDB do Paraná, do qual o Presidente Fernando Henrique foi Presidente da República! Quero dizer aqui ao ilustre Presidente do PT, que, o que levantei aqui nesta Casa, não são acusações feitas pelo Deputado Valdir Rossoni! O senhor conteste a Rede Globo com as gravações e com a denúncia feita ontem no Jornal da Globo.

O que tem que ser contestado é a Globo, a sua bravura, a sua valentia! Vá à Rede Globo! Não tenho o endereço aqui, mas sei onde fica! Levo V. Exa. lá.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

O senhor sabe muito bem!

Sr. Presidente eu pediria novamente a retirada...

(Tumulto no plenário)

Cite nomes, Deputado, não ilações! Um governo de ladrões como o PSDB, por oito anos achacou este país, privatizou tudo, e agora vem citar aqui...

(Tumulto em plenário)

A Globo não citou ninguém do Paraná e mesmo a empresa energética do Paraná, um patrimônio deste Estado que V. Exa. queria vender, não foi citada e nós precisamos saber se foi mesmo feito esse contrato e se há alguma irregularidade.

Não é possível jogar lama sobre um partido ou mesmo sobre uma empresa como a Copel.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

A Questão de Ordem do Deputado André não cabe nesse momento. O que fiz daquela tribuna fiz em fatos na imprensa falada e escrita, e por esta razão, como Parlamentar, a minha preocupação foi de dizer para ficar claro, porque se ele não ouviu o meu discurso, que ouça agora!

Disse o seguinte, que estava fazendo um requerimento à Copel pedindo informações para ver se ela não tinha sido lesada por estes cidadãos donos da Interbrasil, que quem comandava era o irmão do Palocci! Isso eu falei! Agora, claro que quando falo em Palocci, claro que quando fala que dinheiro...

(Tumulto em plenário)

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Eu quero saber o nome!

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Concedo novamente a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados funcionários da nossa gloriosa Sanepar.

Lembro-me de uma Sessão aqui nesta Casa ocorrida no dia 19.12.1997, há oito anos atrás. Eu era Deputado aqui neste Parlamento, com poucos Deputados da minha Bancada do PMDB e mais alguns da Bancada do PT tentamos de todas as formas resistir para que um projeto do então Governador Jaime Lerner não fosse aprovado aqui nesta Casa. Permitia a privatização da Sanepar.

Lutamos, mas infelizmente fomos votos vencidos, e está registrado nos Anais desta Casa, porque deixamos escrito a nossa posição na defesa do patrimônio público, porque queríamos a Sanepar como uma empresa pública, orgulho para o Paraná, uma das melhores empresas de saneamento do Brasil. Também, Srs. e Sras. não queríamos que a Copel fosse vendida, não queríamos a venda do Banestado, não queríamos a privatização das rodovias do Paraná, a colocação do pedágio nas nossas rodovias. Infelizmente o nosso sonho não se tornou realidade, e nós, aqui nesta mesma tribuna, lutávamos, porque sabíamos que era o desejo e o sonho do povo do Paraná.

A Sanepar teve autorização, o projeto do Governador Jaime Lerner fora aprovado nesta Casa, para venda das ações da empresa; 39% delas foram vendidas, como já é público e notório, porque isso ocorreu há oito anos atrás, e desde então, havia e há um sentimento no coração do povo, dos funcionários da nossa empresa Sanepar, de que fosse resgatada a gestão pública, o controle da empresa para que ela atendesse à sua sublime finalidade que é prestar serviço de qualidade ao povo do Paraná, e de não ter no seu objetivo a aferição de lucro apenas e tão somente. Uma empresa que presta serviço de qualidade ao povo do nosso Estado, levando água, esgotamento sanitário, enfim, prestando serviço, como prestou ao longo da sua trajetória com eficiência e com responsabilidade. E foi preciso que em 2002 o povo do Paraná elege-se o Governador Requião, que já na campanha eleitoral dizia: “Vou recuperar a gestão da empresa para que seja pública e de interesse do povo do Paraná”.

Estão contados os dias daqueles que pensam que a Sanepar é uma empresa para dar lucros para meia dúzia de afortunados deste País e do exterior!

E assim fez, Sr. Presidente, de todas as formas, baixou um decreto para mudar a gestão da empresa para anular o pacto de acionista, pacto tão perverso e cruel, pacto tão mal feito, que em nenhum momento levou em consideração os interesses do povo do nosso Estado. Onde já se viu um grupo minoritário ter o controle e a gestão de uma empresa? É evidente, Sr. Presidente, que os interesses que moveram esse negócio não tinham como objetivo, como meta, os sagrados interesses da população paranaense.

O Governador Requião baixou um decreto para anular o pacto de acionista; não conseguiu, entrou na Justiça, que perdeu uma liminar, permitindo que esse pacto fosse momentaneamente derrubado.

E hoje aqui esta Assembléia Legislativa analisa um decreto legislativo da Mesa Executiva desta Casa, com objetivo de anular esse perverso e cruel pacto de acionis-

tas para tirar do povo do nosso Estado o controle da nossa Sanepar, empresa que é orgulho, não só para os funcionários, mas sobretudo, para o povo do nosso Estado.

Lembro-me, sim, do dia 19 de dezembro de 1997, quando subi nesta tribuna, quando bradei em alto e bom tom dizendo que aquele projeto não deveria ser aprovado. Que deveríamos rejeitá-lo. Jogá-lo na lata de lixo, porque ele não atendia os interesses do povo do nosso Estado, e quis o destino que eu novamente estivesse nesta tribuna, após oito anos, para falar as mesmas palavras, para dizer que foi um negócio mal feito, que esta Assembléia, votando favoravelmente o fim do pacto de acionistas, busca dar à nossa Sanepar o controle público, para que a Sanepar não vise lucro, mas a qualidade de vida para a população. Que possa levar água, esgotamento sanitário em todos os quadrantes do nosso Estado.

Por isso, em nome do meu Partido, PMDB, peço o apoio a todos os Deputados, de todos os Partidos, para que possamos fazer aqui esta revisão da história, aprovarmos esse decreto legislativo e acabarmos com esse pacto de acionista, onde, quem tem a minoria, teria o direito de mandar, e quem tem a maioria das ações não pode sequer dar palpite na gestão da empresa!

Gostaria de parabenizar os funcionários da Sanepar que sempre sonharam, que sempre se colocaram na defesa dessa empresa, que não é orgulho só para você, mas para todos nós paranaenses.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários da Sanepar.

Antes de falar da questão PT, quero dizer aos senhores que a Bancada do PSDB vai votar favoravelmente ao decreto legislativo.

Quando faço crítica, é com muito respeito e muita educação, para que possamos, como oposição, contribuir para o Governo, porque uma boa oposição também alerta o Governo.

O Governador está dentro do Palácio. V. Exa., Deputado Dobrandino da Silva está aqui num trabalho diário, de dezoito horas por dia, porque tem que acertar mil problemas, aqui, e nós, da Oposição, quando fazemos uma denúncia, não o fazemos pelo prazer da denúncia e não fiz como denúncia, fiz como preocupação.

Quando disse e envolvi o PT, é porque o Jornal Nacional de ontem diz o seguinte: “A Seguradora Interbrasil, já falida e investigada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, em dois Estados brasileiros, no Governo Lula, foi seguradora das usinas nucleares Angra

01 e 02, em uma cobertura de dois bilhões e da Companhia Paranaense de Energia Elétrica em uma cobertura de 1,2 bilhões.” Aí, a seguradora que fez esses seguros, denúncia feita pela Rede Globo, ganhou o contrato após ajudar o PT”. Foi o que eu disse, aqui, e torno a dizer, para ficar claro.

Fiz um requerimento à Copel pedindo esclarecimentos de como ela foi cair nessa armadilha porque certamente, os diretores da Copel gostariam de fazer um seguro com uma empresa idônea, não com uma empresa que está falindo.

Por esta razão, como essa seguradora...

O Sr. Natálio Stica (PT)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Logo a seguir.

Por esta razão, quero trazer a preocupação ao Líder do Governo porque, na verdade, a Copel fez o seguro com uma empresa que não merecia. Agora, a irritação foi porque eu disse o seguinte: como essa empresa foi beneficiada pelo PT e denunciada, ontem, por dar dinheiro no caixa dois do PT (e estão, aqui as gravações) aí a exaltação.

Por essa razão, quero dizer aos meus caros colegas Parlamentares de que o melhor nesta Casa é o debate. Se V. Exas. forem compreensíveis com este Parlamentar, tenho cinco minutos. O aparte já está dito na palavra, se for rápido, darei a V. Exa. Deputado Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Serei rápido.

É que, agora, no pronunciamento de V. Exa. fica claro a preocupação em averiguar a denúncia dita. Em um primeiro momento, se não foi intenção, que bom, mas V. Exa. disse que queria averiguar quem do PT do Paraná estaria envolvido nisso.

Por isso, a irritação, e com razão, do Deputado André Vargas.

Se tiver alguém do Paraná na denúncia, decline o nome.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer a V. Exa. que, realmente, reafirmo o que disse.

Como o PT usou, em situação nacional, influências para ganhar recursos para o caixa dois, nós precisamos saber quem do PT trouxe a Interbrasil para o Paraná.

Reforço o que eu disse, novamente, e essa investigação cabe a este Parlamentar fazer, porque é minha obrigação.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Um aparte, Deputado.

(Assentimento)

Deputado Rossoni, eu estou ouvindo atentamente a sua posição e tenho uma preocupação, porque pode ser

que essa empresa tenha sido trazida aqui no Paraná, por alguém do PMDB! Não é propriamente o PT o dono da corrupção no Brasil! O PT está envolvido nessa situação do mensalão, mas não são todos os deputados do PT.

O Deputado André Vargas há de concordar que tem gente séria, honesta e honrada dentro do PT.

Temos visto, a despeito de tudo, o Senador Mercadante, que veio para o Paraná, veio, mas não se tem certeza se foi o PT que a trouxe aqui ou sei foi o (PMDB) que a levou lá!

(Vozes paralelas)

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputado Rossoni, permite-me um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Logo a seguir. Apenas quero dizer que não sabia que levantaria tantos questionamentos.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Tenho a versão do Presidente da Copel. Posso lhe esclarecer tudo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. faz uso da Liderança do PMDB e eu devo, por respeito, dar o aparte ao Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Dizer a V. Exa. que discuti com a minha assessoria no sentido de também solicitar as informações, que são importantes. Aqui é uma casa que tem como tarefa fiscalizar o uso do dinheiro público, seja do erário público ou das empresas estaduais. Temos, aqui, hoje, um projeto importante da Sanepar para votar e temos zelo pelas empresas.

O que acho é que não podemos fazer uma ilação tentando envolver as pessoas, mesmo que tenha tido um problema em Goiás, que tem que ser investigado também. Não tem nada concluído. É uma denúncia que tem que ser investigada também aqui no Estado. Não se pode fazer ilação partidária, porque senão, vou fazer ilação de tudo o que aconteceu no Governo Fernando Henrique.

V. Exa., mesmo na época sendo do PTB, tem responsabilidade. Tenho certeza que na roubalheira que acontece, o senhor não tem responsabilidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o seu aparte.

Deputado Rafael Greca, eu tenho um minuto e meio para terminar o meu pronunciamento.

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está garantida a palavra ao orador, que se encontra na tribuna.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu quero dizer ao Deputado André Vargas, que quando ele chama as pessoas de ladras, eu poderia requisitar que se retirasse das notas taquigráficas. Nas não me assusta, porque, de quem vem, não me atinge. Se eu quisesse atingi-lo pessoalmente, estaria falando de Londrina, da vergonha que está acontecendo. Não há como defender quando o filho do Presidente recebe milhões, em uma empresa de fundo de quintal! Não há como defender quando Presidente nacional do PT, o seu irmão, está envolvido com o dinheiro na cueca! Não há como defender que o Valdomiro Diniz...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há Pela Ordem.

O Deputado está na tribuna. Esta é uma Casa democrática. O Deputado tem o direito ao seu horário.

Ele deverá fazer uso do seu horário no pronunciamento, que ele bem entender. V. Exa. tem um minuto, porque quero cumprir aquilo que estava sendo colocado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. está sendo correto.

Sei que a tática de interromper o pronunciamento é regimentalmente incorreta, pois interrompe o raciocínio do orador ao não deixá-lo falar.

Para quem tinha o Valdomiro Diniz a cinco metros do gabinete do Presidente da República, não tem moral para vir nesta Casa! Eu disse na tarde de ontem, Deputado André Vargas, o defunto já está no caixão, carregue-o mais um ano e meio, mas ele vai causar mal cheiro.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o senhor disse que esta é uma Casa democrática.

Quero dar a versão do Presidente da Copel, que acaba de me telefonar: em 2003 e 2004 houve licitação e quatorze empresas participaram.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rafael Greca, V. Exa. não está no horário.

Passou o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Por que eu não posso falar? O Horário da Liderança do Governo não foi usado!

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rafael Greca, não é possível falar.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

A Copel dará uma nota à imprensa, amanhã. Quatorze empresas participaram das licitações em 2003 e 2004.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não procede a versão da TV Globo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, muito obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Scarpellini citou que podia ser do PMDB a pessoa que trouxe para cá a seguradora. Não devolvo a ele, perguntando se foi do Partido dele, porque eu nem sei a que partido ele pertence.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não cabe Questão de Ordem; não há questão de ordem a decidir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, tenho que responder.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Veja bem, como o Deputado Dobrandino levantou uma Questão de Ordem, a Mesa está indeferindo a Questão de Ordem dele. Não há Questão de Ordem a deferir.

V. Exa., Deputado Scarpellini, está inscrito em Explicações Pessoais e poderá fazer as explicações logo depois da votação.

Requerimento do Deputado Geraldo Cartário: “requer a antecipação da Sessão Ordinária do dia 15 de setembro, quinta-feira, para logo após o término da presente Sessão Ordinária”.

Em discussão. Em votação. Os Deputados que são favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Devolvo a Presidência da Mesa ao eminente Presidente Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na Sessão de ontem foi apresentado o requerimento assinado pelo Líder do Governo, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, e devidamente apoiado por 26 Deputados, que requer a transformação da Sessão Plenária do dia 14, hoje, em Comissão Geral para a votação do Projeto de Decreto Legislativo 03/2004.

Recebemos, de acordo com o que determina o Regimento da Casa e o colocamos em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, a Oposição encaminha contrariamente esse requerimento de transformação do Plenário

em Comissão Geral, mesmo sabendo que somos minoria, e no Parlamento a maioria sempre deve ganhar, porque esse é o princípio básico da democracia.

Entretanto, a CCJ - que tenho a honra e o privilégio de presidir - não pode admitir, não pode aceitar. Aceito, sim, o resultado democrático da votação, porque isso é próprio do Parlamento, mas, no dia de ontem, a Comissão de Constituição e Justiça estava reunida, o nobre Relator da matéria havia se manifestado; houve um pedido de vistas.

O Regimento Interno, efetivamente, faculta vistas ao Parlamentar quando o projeto ou decreto está em regime de urgência pelo prazo de 24 horas. Fiz o apelo ao Deputado, que entendeu por bem manter o seu pedido de vistas.

Daquele momento já comuniquei, anunciei publicamente que faríamos hoje às 13h30 uma reunião extraordinária. E, chegando ao Plenário da Assembléia Legislativa, deparei-me, é um dispositivo regimental, então tenho que aceitar. Mas é um dispositivo regimental que abre apenas uma exceção e faço o pronunciamento, não com o intuito de tecer qualquer comentário ou reparo à figura importante que é a do Líder do Governo, a quem eu tenho o maior apreço e respeito, mas muito mais, há cautela para prevenir o Parlamento que as Comissões Técnicas desta Casa devem ser respeitadas e que a exceção não pode ser usada como regra, que a Comissão de Constituição e Justiça, como todas as demais Comissões, deve ser respeitada, senão estaríamos transformando a exceção em regra e isto é extremamente lesivo para o Parlamento, e automaticamente, com isso não posso concordar.

Ainda outro dia tivemos um outro incidente que reputo até muito mais sério, quando da transformação da Emater em autarquia. Tive até, como Presidente da CCJ e os Srs. Parlamentares muito bem sabem disto, não é o meu feitio decidir não dar vistas ao Parlamentar e por isso mesmo estou apresentando, já nesta tarde, uma alteração ao Regimento Interno que, quando houver requerimento de transformação do Plenário em Comissão Geral, não se poderá dar vistas a Parlamentar nas Comissões Temáticas.

Agora, não vejo no que a maioria poderia ganhar. Pelo contrário, até acho que, não cabe a mim avaliar a estratégia do governo, porque maioria o governo tem, mas não posso, como Presidente da CCJ, que aliás, brilhantemente foi presidida, anteriormente, pelo Deputado Hermes Fonseca, que tantas vezes se manifestou em defesa da CCJ; não posso aceitar este procedimento.

Nobre Procurador, Dr. Sérgio Botto, entendo que o Governo tem pressa, mas esta é, antes de tudo, uma questão que, indiferente às posições políticas, vai às barras do Tribunal e efetivamente não sei o que ganha o Governo com esta pressa, a pressa de quem come cru, infelizmente.

Então, fica registrada a minha posição contrária. Claro que o Governo tem maioria. Claro que o Governo

vai transformar o Plenário em Comissão Geral e não estou aqui pedindo para que o requerimento não seja votado; acho que estamos dentro de uma prerrogativa, mas não coube a mim, nobre Presidente, outra alternativa a não ser cancelar a reunião da Comissão de Constituição e Justiça que estava marcada para o dia de hoje, em sinal de protesto, de protesto silencioso, de uma minoria aguerrida.

Podemos perder no voto, mas vamos sempre discutir à exaustão os projetos. E para que não tente o governo imputar à Oposição um voto contrário a este projeto de decreto legislativo, a Oposição se reuniu na tarde de ontem: vamos votar favoravelmente ao decreto legislativo, com toda isenção e com toda tranqüilidade.

Aliás, em junho do ano passado, quando o Governo queria fazer o aumento de capital da Sanepar, encaminhou uma mensagem à Assembléia Legislativa e nós aqui dizíamos desta tribuna, a mensagem é inócua, está equivocada. Passou já um ano e seis meses ou mais, e o Governo, Deputado Nelson Justus, não se valeu daquela mensagem para absolutamente nada!

Então, às vezes, a pressa é inimiga da boa técnica, é inimiga da perfeição, e eu não quero aqui, em hipótese alguma, entrar no mérito desse decreto legislativo que, com toda a certeza, vai ao Poder Judiciário, mas seria prudente àqueles que efetivamente elaboraram este decreto legislativo, que eu tenho certeza, nobre Presidente, assinado por V. Exa., mas V. Exa. tem assessoria, como eu também tenho assessoria, assinado pelo Deputado Nereu Moura, tem assessoria, até os mesmos termos usados no decreto que foi apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, todos sabemos que quando se faz uma mensagem do Governo ou quando se faz um decreto do Governo, a exposição de motivos precede o decreto ou precede a mensagem do Governo. Mas, isso não acontece na técnica legislativa: quando todos nós preparamos um projeto de lei ou um decreto legislativo, primeiro você faz o decreto, ou faz o projeto, e depois você faz a justificativa.

O decreto, nobre Deputado Dobrandino, é tão falho, foi feito com tanta pressa ou copiado, mal copiado, que faz menção: “aos motivos acima elencados”. Acima elencados era o decreto do Governo! No decreto legislativo deveria ser: “abaixo justificados”, mas, infelizmente - não o nosso nobre Presidente, que é uma pessoa extremamente competente, capaz, com certeza o fax, que veio do Poder Executivo - foi mal copiado e essa matéria, via fac-símile, já foi objeto de discussão e de decisão no Superior Tribunal de Justiça.

Mas não vamos, aqui na Oposição, dar o gosto para que o governante possa dizer que os Deputados da Oposição são contra a Sanepar. Vamos votar a favor do decreto legislativo e vamos aguardar a decisão dos tribunais da República; vamos aguardar! Não vamos passar recibo, porque, infelizmente, quem o está passando neste momento e usando a Assembléia Legislativa, é o Governo!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado, V. Exa. entende perfeitamente que estamos respeitando religiosamente o tempo estabelecido.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Só para registrar que a Bancada da Oposição vai votar com o Dr. Sérgio Botto, com o Governo do Estado do Paraná, a favor do decreto legislativo, mas contrários à transformação do Plenário em Comissão Geral, mesmo sabendo que o Governo vai ganhar, porque na democracia a maioria deve vencer!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Deputado Durval Amaral, com todo respeito a V. Exa., é um Deputado que eu tenho um respeito enorme, um Deputado competente aqui desta Casa, está no seu legítimo direito de usar das suas atribuições do Regimento para agir na CCJ, mas quero dizer-lhe que V. Exa. não entendeu o porquê do pedido de transformação do Plenário em Comissão Geral. Nós também não entendemos por quantas Sessões este projeto já era para ter sido votado aqui na Assembléia, e na condução de V. Exa., Deputado Durval Amaral!

Sr. Presidente, o Deputado que pediu vistas nem aqui está hoje no plenário, com todo respeito ao Deputado Luiz Carlos Martins. Por isso nós anunciamos ontem aqui nesta Casa, prevendo que poderia não estar hoje, de novo, o projeto para ser votado nesta Casa, nós pedimos, por requerimento para que se transformasse em Comissão Geral.

Se V. Exa., Deputado Durval Amaral tivesse reunido hoje a Comissão de Constituição e Justiça, eu diria que ficava sem efeito o pedido de Comissão Geral. Na verdade, nós respeitamos a sua opinião. Tanto era contra que dificultou ao máximo este projeto de ter acesso ao Plenário e é uma matéria de interesse do Governo, que vem cobrando, insistentemente.

Então, Deputado Durval nós não temos outra alternativa senão, precavendo que poderia hoje ainda não ser votada esta matéria, fazermos este requerimento, mas, com todo respeito à CCJ e principalmente na condução de V. Exa., que merece todo nosso respeito pela sua competência, pela sua forma de agir como Deputado que é com experiência nesta Casa.

Fizemos isso, Deputado Durval Amaral, pensando em atender aos interesses do povo do Paraná, nem tanto ao Governo, mas à população do Paraná, porque a Sanepar precisa que esta Casa aprove esse decreto. Está muito tempo aqui. Não justifica permanecer mais tempo na gaveta da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. José Domingos Scarpeolini, Para Encaminhar.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Só quero fazer um comunicado à Casa, que está havendo um problema agora, neste momento, na greve que foi deflagrada ontem nos Correios, e solicitaram a presença de um Deputado.

Estou indo lá, mas gostaria de deixar registrado que a Bancada do PT vai votar favoravelmente ao projeto. Se não for possível retornar até o voto, nós do PT vamos votar favoravelmente.

Peço licença para me ausentar neste momento para poder ir até a assembléia dos Correios, porque está havendo um problema com a Polícia Federal e com a tropa de choque.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrada a posição do Partido que V. Exa. é Líder e a justificativa da sua ausência.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Procuo, aqui, na Ordem do Dia, a anexação do Projeto e não consta. Até para verificar há quanto tempo esse projeto foi proposto, pediria que a Mesa encaminhasse uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No dia de ontem ele estava incluído e depois retiramos, porque não foi votado na Comissão de Constituição e Justiça.

Automaticamente como já foi publicado, não voltamos a publicar, mas encaminhar-lhe-ei.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Não poderia deixar de falar, dado a importância deste momento que estamos vivendo.

Como sou filiado recente do Partido Socialista Brasileiro e fiquei 34 anos e meio no MDB e PMDB, também devo fazer essa comunicação a algumas pessoas desinformadas da Assembléia, que não sabem a que Partido pertencem. Mas certamente vão saber, de agora para frente.

Ouvi, também, na ausência do Deputado Luiz Carlos Martins, ser cobrado por ter pedido vistas desse projeto, desse decreto legislativo que está sendo votado hoje. E na sua ausência, me faço presente para dizer que ouvi várias vezes do próprio Presidente dizer que era uma matéria de alta indagação e que a Assembléia estava aguardando pareceres, algumas informações de ordem técnica para poder então colocar o projeto no Plenário, para sua decisão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito que o Deputado Luiz Carlos Martins tenha pedido vistas, sim, mas não para procrastinar ou para criar algum embaraço ao Governo ou ao Partido do Governo. Assim, para se esclarecer e também para melhorar as suas informações com relação àquilo que havia ocorrido no trâmite desse projeto aqui pela Assembléia.

É evidente, como disse o Deputado Durval Amaral, que o fax do Governo que veio para esta Casa não foi bem copiado. E toda cópia fica pior do que o original, se é que isto realmente aconteceu.

Agora, Sr. Presidente, não quero sacrificar o povo do Paraná representado pela Sanepar, aqui, em usar dez minutos; vou usar três e meio.

Vou votar a favor do projeto, mas não vou votar, Deputado Durval Amaral, como V. Exa. disse que nós da Oposição vamos votar no projeto, e no Governador Requião e no procurador do Estado, Dr. Botto de Lacerda. Vamos votar, sim, não pela pressão de alguns, mas por uma questão de consciência, de procurar restabelecer um estado de justiça para com uma empresa séria e competente como essa que temos no Paraná, que serve de modelo para o Brasil nos parâmetros de preços, de obras, mas também queremos, neste momento, dizer que os erros porventura foram cometidos, não o foram da vontade dos agentes que aqui estiveram autorizando a Sanepar a fazer essa parceria no passado. São equívocos que acontecem e, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com relação à Copel, é isso.

Com relação ao Deputado Tadeu Veneri que se desloca lá, para os Correios, nós também queremos ser solidários a ele, e era preciso que mandássemos alguns seguranças para dar proteção ao nosso Deputado, porque é um Deputado do PT e o PT está com uns problemas meio sérios nos Correios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero fazer mais um apelo.

Nós teremos mais uma Sessão ainda e mais uma Solene, marcada, aprovada por unanimidade pelos Srs. Parlamentares, em homenagem à Polícia Civil, e teremos nela um brilhante pronunciamento do Deputado Alexandre Curi.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, serei breve e objetivo.

Apenas para colaborar com a casa e retificar a posição do Deputado Durval Amaral, Presidente da CCJ, e todos nós somos testemunhas que no dia de ontem, ele anunciou que estava convocando, que a CCJ estava convocada hoje, para analisar esse decreto que diz respeito à Sanepar do nosso Estado.

Pois bem, cabe a cada Parlamentar e tem o direito o Deputado Dobrandino de pedir vistas, e foi isso o que o ilustre Deputado Luiz Carlos Martins fez. O Deputado Durval deu 24 horas de prazo e não daria mais vistas a nenhum Parlamentar que integra a CCJ, que só não realizaria a sua reunião no dia de hoje se o Governo não colocasse os seus Deputados na reunião que estava marcada para o dia de hoje.

Ora, qual foi a atitude do Deputado Durval Amaral? Não poderia ser outra! Apresentou requerimento no dia de ontem. Desconvocou imediatamente a CCJ porque não caberia mais à CCJ fazer qualquer apreciação, já que o Plenário seria transformado em Comissão Geral e iria exarar o parecer sobre o referido projeto.

O que eu quero dizer e que fica registrado aqui na Casa é que o Parlamento, e a Assembléias Legislativa tem as suas Comissões Permanentes. Ora, 24 horas a mais, ou a menos para apreciar esse projeto, com toda certeza, não causaria prejuízos a mais e nem a menos, nem para a Sanepar, nem para o Poder Público e nem para os integrantes ou sócios da iniciativa privada. Não causaria prejuízo, em absoluto, e os Deputados da Oposição, Deputado Dobrandino, quando V. Exa. diz que nós votaríamos contra, ninguém havia se manifestado sobre isso.

Apenas no dia de ontem, nós nos reunimos oficialmente, os nove Deputados da Oposição e tomamos a posição depois que a Assembléia recebeu o requerimento de V. Exa. pedindo a transformação em Comissão Geral, que nós votaríamos a favor do decreto legislativo, para que votaríamos a favor do decreto legislativo, não viéssemos ser usados pelo próprio Governo no dia de amanhã, ou por alguns Deputados da Base do Governo, dizer que somos contra os interesses do Estado do Paraná.

Isso não existe na Oposição! Não somos daquela Oposição de o de o quanto pior, melhor. Somos uma Oposição fiscalizadora, e, acima de tudo, com responsabilidade. É isso que queremos, e o Governo e o Parlamento só se fortalecem na democracia e na verdade. A verdade não pode ser escondida. Os Deputados da Oposição, como os da Situação, acredito, Deputado Anibelli, 54 têm responsabilidade com o nosso Estado. E todos os Deputados, 54, independente, e os ausentes estão licenciados, que exercem hoje o cargo no Governo do Estado, acho que todos temos responsabilidade, sim!

Por isso não podemos fazer nenhum pré-julgamento. O que fez, sim, com a CCJ, em apresentar esse requerimento no dia de ontem, acho que é desmerecer o trabalho que ela fez. Em momento nenhum isso seja do meu conhecimento, que o Deputado Durval Amaral, como Presidente da CCJ, tenha segurado qualquer projeto que viesse prejudicar a Administração do nosso Estado e, nem por parte deste Deputado, que preside a Comissão de Finanças. Inúmeras vezes fomos procurado pelo Líder do Governo, pela sua assessoria, pelo Líder do PMDB, para que liberássemos imediatamente alguns projetos de interesse do Governo. Não seguramos nenhum, até hoje, nenhum!

Então, não pode o Governo querer usar como justificativa transformar o Plenário em Comissão Geral, porque a CCJ ou as Comissões - posso falar pela minha, que eu presido, que tenhamos prejudicado, ou atrapalhado, ou atrasado o andamento de qualquer projeto.

Faço esse registro para que fique registrado aqui, nos Anais. Estou triste, sim, porque não se respeitou e

não se respeita - principalmente por aqueles que no passado defendiam tanto as nossa comissões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Vou encaminhar duas coisas: o mérito da matéria e, também, o requerimento da transformação em Comissão Geral. Quero informar à Assembléia que esse Decreto Legislativo foi protocolado, em 22 de novembro de 2004. Portanto, o Governo não fez as coisas tão de afogadilho assim, como se diz.

A urgência de plenário, nós aprovamos em 31 de agosto de 2005. O decreto até estaria morto na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, a idéia da transformação em Comissão Geral é a idéia do interesse público! O dia, Sr. Presidente, tem que ser hoje, porque hoje, o Presidente da Argentina acaba de cancelar a concessão de águas da cidade de Buenos Aires, e da grande Buenos Aires, para a empresa Agbar - Águas de Barcelona.

O Presidente Kirchner, que deveria ser o exemplo para o Presidente Lula, disse que o povo não pode receber em moeda local e pagar tarifas em euros e mandou os espanhóis de volta para casa! O que estamos querendo fazer agora, é mandar os franceses de volta para casa, para garantir ao povo do Paraná, tarifa social da água. Os investimentos prioritários, em água e esgoto. Uma decisão de Governo pode ser anulada pelo próprio Governo.

Há uma súmula do Supremo Tribunal Federal, súmula 473. Isso é a lei: a Administração pode anular os seus próprios atos, quando são eivados de vícios que os tornem ilegais. Porque deles não se originam direitos, ou pode revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial!

O que a administração do Paraná está fazendo, é anular um ato eivado de vícios, porque os franceses entraram na Sanepar por uma decisão de conversa do então Secretário, Giovani Gionédís, com a empresa privada.

Testemunhei isso, e acho que naquela época me arrepiou os cabelos; e já não é sem tempo que o Paraná corrija esse erro. E não venham dizer que eu fui Secretário do lerner; fui Ministro do Fernando Henrique, porque o passado não pode mutilar o presente!

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam.

Aprovado.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 037/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a criação e implantação do curso de Nutrição, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 038/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a criação e implantação do curso de Farmácia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 039/2005, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, sugerindo a criação e implantação do curso de Fisioterapia, no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, na qualidade de Líder da Oposição, constantes do expediente, encaminhando Questão de Ordem, no que diz respeito à utilização do Grande Expediente pelos Deputados deste Parlamento e seus respectivos convidados, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa, relativo à aplicação do disposto nos artigos 90, II, parágrafo 1º e 93, parágrafo 1º do Regimento Interno. **Recebido. Protocole-se. À Procuradoria Geral, para analisar. À Comissão Executiva, para deliberar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Srs. Deputados Barbosa Neto, Elio Rusch e Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria dos Srs. Deputados Dobrandino da Silva, Ademir Bier, Alexandre Curi e demais membros da Bancada do PMDB, devidamente apoiados, constantes do expediente. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2724, de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem a Foz do Iguaçu, nos dias 21 e 23 deste, a fim de participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2703, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 15 de setembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2702, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. deputados Augustinho Zucchi, Francisco Bühner, Cleiton Kielse e demais Deputados, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o item 12 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Discussão / Votação

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

1ª Discussão (Preferência de votação)

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2004, de autoria da Comissão Executiva, que susta, nos termos do disposto no inciso XXVI, do artigo 54 da Constituição Estadual, os efeitos do acordo de acionistas da Sanepar, celebrado em 04 de setembro de 1998, entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A. SEM PARECER.

Para relatar o referido projeto na sua parte constitucional, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2004

Relatório

A proposição em exame é de autoria dos nobres Srs. Deputados Hermas Brandão e Nereu Moura, respectivamente Presidente e 1º Secretário da Assembléia Legislativa, tendo como objetivo sustar, nos termos do inciso XXVI, artigo 54, da Constituição Estadual, os efeitos de acionistas da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, na forma em que especifica, acordo este celebrado na data de 04 de setembro de 1998, entre o

Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A.

Fundamentação

Cumpra a este relatório tornar inteligível, os motivos que levaram os autores a manifestarem a proposta de Decreto Legislativo em epígrafe.

Convém informar que o Estado do Paraná é o acionista majoritário da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, cujo capital votante foi, nos termos da Lei Estadual nº 11.963/97, parcialmente alienado em favor na Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A, na proporção de 39,71%.

Na Assembléia Geral da Sanepar, em 04 de setembro de 1998, na visão dos nobres autores, a pretexto de regular o exercício do direito de voto foi produzido um acordo de acionistas, em flagrante contrariedade com o comando contido no inciso XVIII do artigo 87, da Constituição do Estado do Paraná.

Mister salientar que a celebração de acordos é ato de competência privativa e indelegável do Governador do Estado, na forma do parágrafo único do artigo 87, da Constituição do Estado do Paraná.

Este parecer soma-se ao entendimento dos autores de que, apesar de vedação constitucional e os limites impostos pela delegação contida na Lei nº 11.963, de 19 de dezembro de 1997, o acordo de acionistas foi subscrito à míngua de qualquer instrumento de delegação, razão pela qual traduz ato administrativo inexistente, insuscetível de produzir efeitos jurídicos, quaisquer que sejam.

Ainda que houvesse se aperfeiçoado, tal ato seria padecente de vícios de competência, motivo e finalidade, na medida em que, pelos seus termos, o Estado do Paraná, abdicou das prerrogativas inerentes à sua condição de pessoa administrativa, e na prática não tornou nenhum poder-dever de controle decorrente de sua participação majoritária no capital social da companhia mista.

Devemos salientar que o acordo de acionistas impôs ao Estado do Paraná a obrigação de votar em bloco com os interesses do grupo minoritário privado, em qualquer alteração estatutária relativa ao objeto social, emissão de novas ações, competência, composição e funcionamento dos órgãos sociais (Assembléia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e apuração dos resultados da Companhia (incluindo a formação de reservas, fixação e distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio); emissão de debêntures; fusão, cisão, dissolução ou liquidação da Companhia; distribuição de dividendos em percentual diverso do obrigatório e remuneração dos membros do Conselho da Administração e da Diretoria Executiva.

Embora a legislação e a posição de acionista majoritário assegurem ao Estado do Paraná o controle da gestão da Sanepar, o dito acordo de acionistas inverte as prerrogativas decorrentes da maioria que o Estado detém no Capital Social, no Conselho de Administração e na

Diretoria, fazendo com que o Estado do Paraná dependa da anuência do grupo privado para:

- a) deliberar previamente à sua celebração sobre contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas controladoras;
- b) alienação ou constituição de ônus reais;
- c) empréstimos e financiamentos;
- d) manifestar-se sobre relatório de administração e contas da Diretoria;
- e) escolha e destituição dos auditores independentes;
- f) destinação dos lucros;
- g) aprovação do plano de cargos e salários;
- h) voto em coligadas;
- i) distribuição de dividendos;
- j) pagamento de juros sobre capital próprio;
- k) reconhecer a dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- l) aprovar tarifas;
- m) elaborar o Plano de Negócios e Orçamento Anual.

Esses atos são os principais elementos de gestão da Sanepar. Não fosse suficiente, o referido acordo de acionistas, de 04 de setembro de 1998, anula a maioria estatutariamente atribuída ao Estado do Paraná na composição de Administração e na Diretoria Executiva da Companhia, pois muito embora o Estado do Paraná indique 5 (cinco) dentre os 9 (nove) membros do Conselho de Administração, o acordo (item 4.3) obriga o Estado a votar no sentido de estabelecer a competência do Conselho de Administração para os assuntos ali descritos. Como esta competência vem fixada nos Estatutos, que exigem um quórum qualificado (sete conselheiros) para as matérias cruciais a que alude o artigo 14, parágrafo 2º, com o artigo 17 dos Estatutos, na prática, os 05 (cinco) Conselheiros indicados pelo Estado dependem da concordância dos representantes do acionista minoritário para tudo o que de relevante se decida na Sanepar.

A mesma situação se repete no âmbito da Diretoria. A Companhia tinha, pelo acordo, 7 (sete) Diretores, sendo 4 (quatro) indicados pelo Estado do Paraná. Porém, antes dos termos do referido acordo de acionistas, os Diretores Superintendente de Operações e Financeiro, seriam eleitos entre nomes apresentados pela Dominó Holdings S/A. Todavia, por um estratagema decorrente do mencionado acordo, os Diretores indicados pelo acionista minoritário detinham o comando real da Companhia.

A gestão corrente da Companhia era estatutariamente fixada num Plano de Negócios e Orçamento Anual, ambos elaborados por 3 (três) Diretores, a saber: o Diretor de Operações (indicado pelo acionista minoritário), o Diretor Financeiro (idem) e o Diretor Administrativo (este indicado pelo Estado do Paraná). Não havendo consenso entre estes três Diretores, a decisão, nos termos do acordo, deve ser tomada por maioria (acordo, item 4.7.1).

Para melhor explicar a referida maioria, não se trata da maioria da Diretoria Executiva e nem dos membros do Conselho de Administração e muito menos se trata da maioria do capital votante. Trata-se da maioria, artificialmente criada pelo acordo de acionistas, ou seja, a “maioria” composta por apenas 3 (três) Diretores encarregados da elaboração do plano de negócios e do orçamento, que proporcionalmente representam e pertencem ao grupo de acionistas minoritários.

Ao atrelar o exercício do direito de voto do acionista Estado do Paraná aos interesses do grupo minoritário, o referido acordo de acionistas afronta o princípio da indisponibilidade do interesse público, que na exata observação de Celso Antonio Bandeira de Mello: *“significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade, não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por serem inapropriáveis.”* Ou ainda, que *“as pessoas administrativas não têm portanto disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização.”*

O controle da sociedade de economia mista da qual o Estado do Paraná, por disposição legal expressa, é o acionista majoritário e controlador, é mais do que mera prerrogativa da Administração Pública Estadual, e, permanentemente retido nas mãos do Estado, constitui verdadeiro poder-dever, um poder que por isso mesmo a Administração Pública não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela omissão (Maria Sylvia Zanella Di Pietro).

Sendo assim, um ato bilateral que atribui ao acionista privado um poder de mando, controle e administração incompatível com o porte de sua participação acionária, com reflexos inevitáveis na própria persecução dos objetivos sociais da Companhia, afronta os princípios que fundamentam a atuação administrativa do Estado, inquinando-o de ilegalidade manifesta.

Ante tais circunstâncias, o Governo do Estado do Paraná editou, com base na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, o Decreto nº 452, de 13 de fevereiro de 2003, por meio do qual reconheceu a ilegalidade do ato administrativo.

O Decreto nº 452, de 13 de fevereiro de 2003, apesar de validamente editado, foi impugnado judicialmente por Dominó Holdings S/A perante o Tribunal de Justiça do Paraná, em Mandado de Segurança sob nº 141.980-1, o qual, apesar de denegado pelo Órgão Especial daquela Corte de Justiça, teve sua decisão modificada pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em autos de Medida Cautelar nº 8527, por meio da qual foram suspensos os efeitos do Decreto nº 452/2003, até a decisão do Recurso Ordinário (RMS 18769).

O acordo de acionistas em questão, além dos vícios já apontados, exorbitou os limites da delegação legislativa decorrente da Lei nº 11.963, de 19 de fevereiro de 1997, que apenas autorizou o Poder Executivo a vender, dar caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, ações que detém na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, devendo, contudo, o Estado do Paraná deter sempre, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do total das ações ordinárias, vale dizer, devendo deter, sempre, a maioria do capital votante, portanto, o controle da companhia.

O interesse dos autores é salvaguardar o controle do Estado, que não pode abrir mão, dando asas a artifícios do Estatuto da Sanepar, de administrar a Instituição, colocando todas as mais importantes decisões daquela Sociedade, nas mãos da minoria representada pela Holding, que visa tão somente o lucro acima do interesse social e público.

Neste sentido, este relator agrega-se aos entendimentos dos autores retroexpostas, na defesa do patrimônio do Estado, sob controle do Estado, na forma apregoadada pela Constituição do Paraná, a bem das necessidades da população, principalmente dos mais desfavorecidos que, ao contrário dos interesses dos acionistas minoritários, não podem ficar desprotegidos nas mãos do mercado.

Em sendo assim, manifestamos o parecer favorável, opinando pela aprovação da proposição em Plenário, fundamentando esta posição no mérito da proposta e na disposição desta Assembléia, que atuando e cumprindo suas obrigações regimentais, indica a sustação dos efeitos do acordo de acionistas em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente da CCJ
BARBOSA NETO - Relator da Matéria”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em discussão o parecer do Deputado Barbosa Neto.

Em votação. **Aprovado** por unanimidade.

Com a palavra, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Quero agradecer a designação da Presidência para relatar em nome da Comissão de Finanças o Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004, de autoria dos Srs. Deputados Hermas Brandão e Nereu Moura, representando a Mesa Executiva.

(Lê súmula)

Este projeto de lei foi relatado pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Barbosa Neto, de forma a atender todos os seus aspectos.

A Comissão de Finanças tem a acrescentar além disto o seguinte: ...

(Lê relatório da Comissão de Finanças)

Como a Comissão de Finanças analisa o mérito e a Lei nº 11.963 no seu artigo 1º, inciso 1º e estabelece que tem que estar sob o condão do Estado, sob a detenção do controle do Estado pelo menos 60% das ações, e isto foi

determinado pela Casa no seguinte sentido de que o Estado deveria exercer o controle da Sanepar no mínimo de 60% das ações.

E, considerando o artigo 54 e inciso 26 e o artigo 87, inciso 18, em que diz o seguinte: “É competência privativa do Governo do Estado celebrar ou autorizar convênios ou acordo com entidades públicas ou particulares na forma dessa constituição.”

É indelegável a nenhum outro assessor ou secretário ou subalterno, afirmar, em nome do Estado, essa representação, e, no mérito, esse convênio, foi assinado pelo Secretário de Finanças. Ele, além de tornar ilegal no mérito, não prevalece, e não prevalecendo, ficamos com a máxima de Bandeira de Mello, que significa que, sendo interesses qualificados como próprios da coletividade, não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por ser inapropriáveis.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão de Finanças, por meio deste Relator, é pelo voto favorável.

É o que tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão, o parecer do Deputado José Maria Ferreira.

Em votação.

Aprovado.

Em votação o projeto de Decreto Legislativo.

Para Encaminhar, Deputado André Vargas, por três minutos.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Muito rapidamente, Sr. Presidente, porque, de fato, os nossos convidados, sejam da diretoria, mas muito especialmente as entidades representativas dos trabalhadores que estão aqui a reivindicar um posicionamento político desta Casa, esse posicionamento político sinaliza no sentido de termos uma votação unânime, que seria uma posição forte a respaldar o Governo do Estado e a direção da Sanepar para fazer os interesses públicos nesse pacto de acionistas a ser revisto.

Eu queria apenas destacar que, ontem, eu fiz uso da palavra para falar de um comparativo, apenas. Em dezembro de 2002, o número de famílias cadastradas na tarifa social da Sanepar - que é uma obrigação das empresas públicas de saneamento e que não estava sendo tratada com devido valor pela diretoria, era de 39 mil e cinquenta famílias e, agora, são 334 mil e 808 famílias que recebem a tarifa social. São mais de um milhão e trezentas mil famílias!

Outro dia, eu estava ouvindo falar sobre a questão da qualidade da água. A Sanepar tem a qualidade da água aferida, permanentemente, acima da Organização Mundial de Saúde e, mais do que isso, tem um compromisso com o meio ambiente, não só ao fazer o tratamento do esgoto, mas também em inúmeros empreendimentos, parcerias com os municípios.

Como disse o Deputado Tadeu Veneri, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está ao lado dos trabalhadores e do povo usuário da Sanepar, o conjunto da população do Paraná.

Vota SIM, para esse, projeto em favor do Paraná e dos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado** por unanimidade.

Que fique registrado nos Anais desta Casa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 209/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal de Fernandes Pinheiro, com sede e foro no Município de Fernandes Pinheiro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 209/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar Municipal de Fernandes Pinheiro, com sede no Município de Fernandes Pinheiro e foro no Município de Teixeira Soares.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.09.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a utilização de sistema de catracas e máquinas de emissão de bilhetes nos veículos de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que determina no âmbito do Estado do Paraná, a rotulagem de produtos que contenham transgênicos cuja fabricação tenham sido utilizados organismos geneticamente modificados (OGMS) e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAICTM. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados e estabelece outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Assaad Nabhan. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Miltinho Puppio e Elton Carlos Welter, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004 - Lei Florestal do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº01,
AO PROJETO DE LEI Nº 212/2005**

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 212/2005, tem por objetivo alterar a redação proposta para o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 14.582, de 28 de dezembro de 2004, conforme segue:

“§ 1º Por opção do proprietário, o estabelecimento de Reserva Florestal Legal poderá ser estabelecida em outro imóvel, como reserva legal cedida, desde que, alternativamente, esteja situado:

I - no mesmo município;

II - na mesma bacia hidrográfica;

III - na mesma área ou região administrativa do órgão ambiental do Estado;

IV - nos condomínios florestais privados ou públicos, localizados no território estadual, ficando vedado que se estabeleçam nos Municípios de Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.”

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

José Domingos Scarpellini, Barbosa Neto, Reni Pereira e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta à redação original ao presente projeto de lei visa o seu aprimoramento na medida que, resguardando à proteção ambiental, traz maior justiça para os proprietários rurais paranaenses, além de fortalecer os municípios do Estado.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a última quarta-feira de novembro como “Dia Estadual da Criança com Neoplasia” e dá outras providências. PSRECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo**.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que torna obrigatória a utilização de mão-de-obra de pessoas portadoras de necessidades especiais derivadas de acidente de trânsito, como instrutores nos cursos de reciclagem para os infratores das normas de trânsito, nos termos estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCDC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13/04/2005, em Projetos de Lei, pág. 23).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 185/2005**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 185/2005 estabelece que nos cursos de reciclagem para os infratores das normas de trânsito, pelo menos 40% (quarenta por cento) do total de instrutores devem ser portadores de necessidades especiais derivadas de acidente de trânsito.

Os cursos de reciclagem a que se referem a lei constituem-se em penalidade administrativa estabelecida pelo Código Nacional de Trânsito e tem por finalidade atualizar os conhecimentos relativos à segurança nas vias públicas, valorizando a cidadania e a conscientização do respeito à vida.

Desta forma, o legislador pretende fazer dos instrutores dos cursos um exemplo, para que os infratores das normas de trânsito se deparem com uma situação em que terão de analisar as consequências de um acidente. Além disto, estabelece uma reserva de vagas para portadores de necessidades especiais, matéria já contemplada pela Constituição federal e pela lei. Quanto à constitucionalidade do projeto, a iniciativa do nobre Deputado Natálio Stica resulta constitucional.

Muito embora a Constituição Federal/88 estabeleça a competência privativa da União para legislar sobre as regras de trânsito e o transporte (artigo 22, XI), e o projeto de lei em análise estabeleça a obrigatoriedade da utilização de mão-de-obra específica para ministrar cursos de reciclagem criados pelo Código Nacional de Trânsito, este não é afetado pelo projeto, que em momento algum cria, modifica ou extingue normas de trânsito já estabelecidas e vigentes.

A conclusão é a seguinte: não se trata de competência legislativa privativa da União (artigo 22, XI da CF/88) e também não se trata de competência legislativa privativa municipal (artigo 30, I e II da CF/88). Trata-se do exercício da competência legislativa remanescente do Estado, prevista no artigo 25, parágrafo 1º da CF/88, a seguir transcrito:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e Leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservados ao Estado as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

A matéria legislada não é vedada, nem explícita nem implicitamente pela Constituição, não atingindo princípios sensíveis da Lei Maior, sendo, portanto, de competência legislativa do Estado.

Por outro lado, como foi dito inicialmente, o projeto em análise cria uma reserva de vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais. Independentemente da causa da deficiência, nossa Constituição determina o seguinte no seu artigo 24, XIV:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XVI - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.”

Ainda, vale destacar o que determina o artigo 37, VIII, do mesmo diploma, que estabelece regras para a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta(...) deverá obedecer (...):

(...)

VIII - a lei preservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Portanto, considerando que tal medida educativa venha ser aplicada pelo Detran-PR, autarquia vinculada

ao Poder Executivo Estadual, resta claro que no âmbito constitucional não há óbice algum para a propositura de tal projeto de lei por esta Casa legiferante.

Ademais, a Lei Federal nº 7853/89, que estabelece as normas gerais para a integração social das pessoas portadoras de deficiência, determina em seu artigo 2º, II, “d”, que:

“Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo Único. Para o fim estabelecido na *caput* deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

III - na área de formação profissional e do trabalho:

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;”

Ora, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 24, parágrafos 1º e 2º, que no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, e que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar para dispor sobre o assunto em tela.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 185/2005

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 185/2005, objeto desta análise jurídico-legislativa, é de autoria do Deputado Natálio Stica, que torna obrigatória a utilização de mão-de-obra de pessoas portadoras de necessidades especiais derivadas de acidentes de trânsito, como instrutores nos cursos de reciclagem para os infratores das normas de trânsito nos termos estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

O presente projeto tem por finalidade utilizar vítimas de acidentes para dar aulas de trânsito, como já utili-

zam essa forma de educação em países da Europa e da América do Norte, serve de comparativo para se analisar os resultados positivos desta medida, podendo mostrar a realidade de um acidente. Vale frisar a eficácia da reeducação das pessoas que farão o curso.

A aprovação do presente projeto de lei provocará sensível aumento na oferta de emprego para os portadores de necessidades especiais, transformando-se em vetor de inclusão social, podendo ajudar o Paraná a tornar-se um Estado mais justo.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI -Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe padrões de qualidade nutricional para alimentos servidos em lanchonetes e similares instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública, e veda a comercialização de alimentos e bebidas de alto teor de gorduras e açúcares ou contendo substâncias químicas prejudiciais à saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2005, de 27/04/2005, em Projeto de Lei, pág. 12).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 228/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Delegado Bradock, estipula que os estabelecimentos especificados deverão seguir padrões técnicos de qualidade nutricional.

Veda a comercialização de alimentos e bebidas que específica e exemplifica.

Estabelece lista de itens para comercialização. Dispõe sobre divulgação de informações nutricionais e aspectos de uma alimentação equilibrada e saudável e sobre necessidade de alvará de funcionamento específico. Estabelece sanções aplicáveis em caso de desrespeito ao disposto no presente projeto e dispõe quanto à regulamentação do projeto.

Do Parecer

Dispõe a Constituição Federal:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”

Dispõe a Constituição Estadual:

“Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.”

“Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.”

Nesta esteira, dispõe o artigo 179 da referida Carta:

“Art. 179. O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de:

(...)

VIII - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

O presente projeto busca proteger a segurança nutricional de crianças e adolescentes, ao dispor quanto à proibição de comercialização de alimentos potencialmente nocivos à saúde.

Do Voto

Ante todo o exposto, o presente projeto mostra-se de acordo com os dispositivos legais vigentes quanto ao seu mérito, tendo sua legitimidade de proposição autorizada pela Constituição Estadual e atende a boa técnica legislativa. **Parecer Favorável.**

Sala das Comissões, em 06.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 228/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Delegado Bradock, visa dispor os padrões de qualidade nutricional para alimentos servidos em lanchonetes e similares instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública, e veda a comercialização de alimentos e de bebidas de alto teor de gordura e açúcares ou contendo substâncias químicas prejudiciais à saúde.

A matéria em questão encontra-se parcialmente regulada pela Lei Estadual nº 14423/2004 e decorre dos

mandamentos da Constituição Federal, especialmente a regra do artigo 208 e a da Constituição Estadual, arts. 165 e 179.

Sob o ponto de vista desta Comissão, não há como negar a importância de uma alimentação saudável e nutritiva, como um complemento ao processo educacional, motivo ensejador de nossa manifestação pela regular tramitação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2005, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a instituir o teste vocacional na rede oficial de ensino no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2005, de 10/05/2005, em Projeto de Lei, pág. 16).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 266/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de iniciativa do ilustre Deputado Francisco Bühner, propõe autorizar o Poder Executivo a instituir o teste vocacional na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

No texto da proposição consta que a Secretaria de Estado da Educação instituirá o mencionado teste e que deverão ser ofertados para os alunos antes da conclusão do ensino médio, antecedidas de palestras que abordem a área de atuação de cada profissão, bem como a demonstração de seus ramos de atividades.

Dispõe ainda em seus artigos seguintes, que os recursos necessários para o cumprimento da lei, serão consignados no Orçamento do Estado, mediante proposta orçamentária e que a Secretaria de Estado da Educação tomará as demais medidas necessárias à sua implementação.

O autor fundamenta a sua proposta pelo fato de muitos jovens ingressarem nas universidades sem nem saber quais as aptidões necessárias e as atividades que irão desenvolver na profissão, cujo curso estão frequentando. E ainda, acrescenta que muitos ramos de atividades são escolhidos muitas vezes pela falta de conhecimento de outras profissões. Este fato, segundo o proponente, justifica a presente proposta, dando oportunidade aos jovens a efetuar melhor suas escolhas, posto que ampliam seu conhecimento a respeito do universo das profissões.

Voto e Fundamentação

Em que pese a procedência do Estado oferecer este serviço aos jovens das escolas de ensino médio, a redação da proposição não pode ser aceita.

Primeiramente, não faz sentido aprovar-se uma inócua norma autorizativa. Além de não se enquadrar nas hipóteses em que o Poder Executivo necessita e autorização legislativa para praticar determinado Ato Executivo, a prática de utilizar-se de uma ferramenta, como é a lei, para meramente “dar um recado” ao Executivo, via ditas “leis autorizativas”, que na verdade são uma incongruência do processo legislativo, com a qual nada de prático se alcança. Será mais uma lei aprovada e jamais implementada. E nunca será exequível.

Mas meramente transformar a presente proposição de autorizativa para impositiva o texto original afronta a Constituição Estadual e Federal, ao propor atribuições a órgãos do Executivo, como a Secretaria de Estado da Educação.

No entanto, entendemos que se pode elaborar uma norma que assegura este direito ao cidadão paranaense, ou mais especificamente aos estudantes do nível médio em escolas públicas, sem infringir competências.

Para tanto propomos e submetemos ao colegiado desta Comissão um substitutivo com a seguinte redação.

Súmula - Institui o teste vocacional na Rede de Ensino Público do Estado do Paraná.

“Art. 1º O Estado do Paraná oferecerá aos alunos, matriculados no último ano do ensino médio das escolas públicas, um teste vocacional, precedido de esclarecimentos sobre o ramo de atividade e áreas de atuação de cada profissão.

Art. 2º - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável ao projeto de lei apresentado pelo ilustre Deputado Francisco Bühner, quanto a sua constitucionalidade, legalidade e demais formalidades, para seguir as demais comissões, para a análise de seu mérito, porém na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 266/2005

“Art. 1º O Estado do Paraná oferecerá aos alunos, matriculados no último ano do ensino médio das escolas públicas, um teste vocacional, precedido de esclarecimentos sobre o ramo de atividades e áreas de atuação de cada profissão.

Art. 2º A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.”

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Ailton Araújo, Delegado Bradock, Plauto Miró Guimarães e 1 ilegível.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 266/2005**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Francisco Bühner, autoriza o Poder Executivo a instituir o teste vocacional na rede oficial de ensino do Estado do Paraná.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma, na forma de Emenda Substitutiva Geral.

Quanto ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia encontrou, na proposição em tela, méritos indiscutíveis, na aplicação de teste vocacional nos nossos jovens, que fará com que eles tomem conhecimento antecipado a respeito da profissão que poderiam vir a exercer.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 266/2005.

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se afixar nas salas de aula das escolas da rede pública de ensino, cartazes com números dos telefones de Utilidade Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF. (Publ. no DA nº 047/2005, de 23/05/2005, em Projeto de Lei, pág. 11).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 310/2005**

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão não encontra óbice no âmbito constitucional.

A Constituição Estadual, em seus artigos 216 e 220 prevê:

“Art. 216. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

Art. 220. O Estado, com a participação dos municípios e da sociedade, promoverá programas de assistência integral à criança e ao adolescente.

(...)”

Conforme texto acima, o Estado tem o dever de prestar educação e ensino, promovendo programas de instrução que os auxiliem em qualquer tipo de situação. Um desses meios aos quais o Estado pode se utilizar, são as instituições de ensino público.

Quanto à competência em razão da matéria, esta cabe concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

Dispõe a Constituição Federal:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

(...)”

Desta forma, opinamos pela aprovação do projeto que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 310/2005**

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 310/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a obrigatoriedade de se afixar nas salas de aula das escolas de rede pública de ensino, cartazes com os números dos telefones de utilidade pública.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza legal.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação de despesa continuada para o Estado necessita de estudo de impacto orçamentário, bem como a despesa deve haver indicação dos recursos para seu custeio, conforme artigos 1º, 6º, 16 e 17:

“Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregularidades e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17”.

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.”

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”

Com efeito, não havendo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para o custeio do presente projeto, a lei não pode ser aprovada por estar em desacordo com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 310/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subseqüente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, vice-Governador do Estado e Secretário de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

A proposição objetiva assegurar a publicidade de números de telefones de órgãos e entidades que prestem serviços públicos de relevantes função social.

Os órgãos e serviços mencionados no parágrafo único do artigo 1º, em regra, têm prestado com eficiência e probidade seus serviços.

É de fundamental importância a ampla divulgação dos telefones que possibilitem o acesso da população aos serviços.

A CCJ manifestou-se pela tramitação regimental, pois presentes os requisitos materiais e formais de admissibilidade.

A implementação da proposição exige o investimento de recursos orçamentários, mas em montante pouco significativo.

Em fase de regulamentação da proposição poderá ser fixado que as despesas serão custeadas com os recursos da publicidade institucional dos próprios órgãos prestadores dos serviços.

Todos estes órgãos e serviços já contam com dotação orçamentária para a divulgação de seus serviços.

Inegável que será um gasto com publicidade de relevante interesse público.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à Competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Como há um parecer contrário da Comissão de Finanças, a votação será inversa.

Aprovado pela maioria.

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 036/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que sugere a criação do programa de incentivo aos produtores que substituam o plantio de fumo por outras culturas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/2005, de 05/09/2005, em Indicação, pág. 03).**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu apenas gostaria de registrar a minha presença e o meu voto, nas notas taquigráficas, porque na votação do Banestado houve um problema: A votação foi unânime e não foram registrados os Deputados presentes.

Quero que registre o meu voto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais desta Casa, para a história da nossa população, o seu voto.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2692, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2704, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, Pela Ordem. Solicito que retire esse requerimento, cancelando-o.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Arquive-se, a pedido do autor.

Requerimento nº 2676, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Rafael Greca, Neivo Beraldin, Elza Correia e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2687 a 2691, 2693, 2709 e 2710, de autoria do Deputado Sr. Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2694, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2696, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2699 a 2701 e 2707, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2708, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Accorsi e Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2711, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2713, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2714, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2715, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2720, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2722, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2725, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 2706, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença do Prefeito Amarildo, de Salgado Filho, Vice-Prefeito e o engenheiro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 185, 228, 266 e 310/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2004.

Levanta-se a Sessão.



DIÁRIO Nº 097

SUMÁRIO.....	47
Mesa Executiva.....	47
Presenças.....	47
Abertura da Sessão	47
Expediente:	
Requerimentos.....	47
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	47
Encerramento da Sessão Ordinária	49

091ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE SETEMBRO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duflío Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus,

Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Renato Gaúcho (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 2726

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.09.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª Discussão**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que torna obrigatória a utilização de mão-de-obra, de pessoas portadoras de necessidades especiais derivadas de acidente de trânsito,

como instrutores nos cursos de reciclagem para os infratores das normas de trânsito, nos termos estabelecidos pelo código de trânsito brasileiro. (Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe padrões de qualidade nutricional para alimentos servidos em lanchonetes e similares instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública, e veda a comercialização de alimentos e bebidas de alto teor de gorduras e açúcares ou contendo substâncias químicas prejudiciais à saúde. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2005, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a instituir o teste vocacional na rede oficial de ensino no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se afixar nas salas de aula das escolas da rede pública de ensino, cartazes com números dos telefones de Utilidade Pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM PARECER CONTRÁRIO DA CF. **Em votação.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quando da votação do Parecer da Comissão de Finanças, na Sessão anterior, não pude me manifestar; a votação foi rápida.

Meu voto é contrário, porque fui relator da Comissão de Finanças neste projeto da Deputada Arlete Caramês.

Reconheço o grande interesse, mas ele provoca despesas ao Estado sem ter a correspondente dotação.

Por esta razão, quero registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos colocar em votação. **Aprovado, artigo por artigo**, com voto contrário do Deputado José Maria Ferreira.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Gostaria de dar as boas-vindas ao Vereador, de Alto Alegre, e toda a sua comitiva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ficas registrada a presença de nossos visitantes.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2004, de autoria da Comissão Executiva, que susta, nos termos do disposto do inciso XXVI, do artigo 54, da Constituição Estadual, os efeitos do acordo de acionista da Sanepar, celebrado em 04 de setembro de 1998, entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holding S/A. COM PARECER DE PLENÁRIO. **Em votação.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Para Encaminhar**)

Só para que fique registrado e claro, aqui na Assembléia, principalmente à Liderança do Governo e dos Deputados da Base do Governo: eles pediram a transformação do Plenário em Comissão Geral para apressar a votação! Se nós quiséssemos obstruir a votação, colocaríamos uma emenda no projeto e ele sairia da Ordem do Dia agora, porque o requerimento que V. Exa. apresentou pediu a transformação do Plenário em Comissão Geral para a Sessão de quarta-feira e nós estamos realizando agora a Sessão de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar, Sr. Deputado, que foram votados os pareceres da Sessão de quarta; não estamos incorrendo em qualquer erro regimental.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, a emenda é só colocada na 2ª votação e nós estamos na 2ª votação; nós podíamos apresentar, neste momento, emendas!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Claro, como poderia se retirar, pedir verificação de quórum, é um direito que lhes assiste.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas eu quero que fique claro, Presidente, para a Bancada do Governo e principalmente para os funcionários da Sanepar que já saíram, que a Bancada da Oposição, se quisesse obstruir, apresentaria uma emenda agora e o Projeto voltaria só na semana que vem, no mínimo na terça-feira.

Esta é a verdade, então que fique clara a nossa posição, porque as pessoas sempre dizem que os Deputados da Oposição fazem oposição porque gostam de fazer oposição ou porque queriam obstruir qualquer projeto; não é do nosso estilo, fica claro e fica evidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nas notas taquigráficas desta Casa. Em votação.

Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

Requerimento

Sobre a mesa, Requerimento nº 2726, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 005, 026, 194, 230 e 532/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 178, 255, 409, 477 e 479/2005.

Levanta-se a Sessão.

